

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ricardo Manuel Costa Vasconcelos

**Criminalidade Organizada em Portugal:
Um estudo exploratório**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Ricardo Manuel Costa Vasconcelos

**Criminalidade Organizada em Portugal:
Um estudo exploratório**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

Trabalho realizado sob a orientação da
Doutora Helena Machado

DECLARAÇÃO

Nome Ricardo Manuel Costa Vasconcelos

Endereço eletrónico: vasconcelosxxi@gmail.com

Número do Bilhete de Identidade: 13254559

Título dissertação

Criminalidade Organizada em Portugal: um estudo exploratório

Orientadora: Doutora Helena Machado

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado:

Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 16 / 10 / 2013

Assinatura: _____

Agradecimentos

Em primeiro lugar, deixo os maiores agradecimentos ao meu pai, o mentor que desde sempre me apoiou e incentivou ao longo do meu percurso académico.

Indispensável foi também a colaboração dos agentes ao serviço dos órgãos de polícia criminal, que prontamente se dispuseram a fornecer a sua perspetiva sobre o crime organizado, sendo determinante para a vertente empírica deste trabalho. Ao inspetor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Jorge Pereira, e ao inspetor da Polícia Judiciária, José Ferreira, o meu muito obrigado.

Finalmente, gostaria de agradecer à Professora Doutora Helena Machado pela sua orientação disponibilizada ao longo da fase final desta componente académica, e parabenizar a mesma pelo trabalho desenvolvido como coordenadora do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade.

Resumo

Criminalidade Organizada em Portugal: um estudo exploratório

A bibliografia existente relativa à Criminalidade Organizada contempla, predominantemente, estudos realizados noutros países, sendo ainda escassa a análise desta matéria em Portugal. No que concerne à definição deste fenómeno, não se verifica um consenso entre os autores, sendo ainda ténue a linha que o separa do conceito de *Associação Criminosa* e de *Terrorismo*.

O presente estudo pretende analisar diferentes facetas da Criminalidade Organizada, através da abordagem de perspetivas de diferentes atores sociais, nomeadamente operadores policiais e meios de comunicação social. A compreensão destas diferentes visões permitirá alcançar uma abordagem multidimensional da criminalidade organizada, visando traçar um padrão das suas principais características (tipo de crime), das formas de organização das redes criminais organizadas e das trajetórias criminais e biográficas dos seus autores.

A metodologia a adotar será qualitativa, focando-se quer na análise de entrevistas concedidas por polícias que investigam na área da criminalidade organizada, quer no estudo de notícias de imprensa concernentes a este tema.

Palavras-chave

Criminalidade Organizada; Máfia; Associação Criminosa; Terrorismo; Tráfico de Droga; Tráfico de Seres Humanos; Emigração Ilegal; Branqueamento de Capitais.

Abstract

Organized Crime in Portugal

The existing literature about Organized Crime covers, predominantly, studies conducted in other countries, but they are scarce in Portugal. Regarding the definition of this phenomenon, there is no consensus among the authors and there is a thin line that separates the concept of Criminal Association and Terrorism.

The present study aims to examine different facets of organized crime by addressing the perspectives of different social actors, including media and police officers. Understanding these different views, we will achieve a multidimensional approach of organized crime, in order to trace a pattern of its main characteristics (type of crime), the forms of organization of criminal networks and the biographical trajectories of their members.

The methodology adopted is qualitative, focusing on the analysis of interviews by polices that investigate organized crime, and in the study of press reports concerning this topic.

Keywords

Organized Crime; Mafia; Criminal Association; Terrorism, Drug Trafficking; Human Trafficking; Illegal Emigration; Money Laundering.

Índice

	Pág.
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice.....	vi
Índice de Gráficos	viii
Índice de Imagens e Índice de Tabelas	ix
Lista de Abreviaturas	x
I. Introdução.....	11
II.	13
1. Definição de Crime Organizado.....	13
2. Tipos de Crime	14
2.1. Tráfico de Seres Humanos (T.S.H.)	15
2.2. Tráfico de Droga	21
2.3. Terrorismo.....	25
2.4. Branqueamento de Capitais e Corrupção	29
3. Perfil dos autores	32
4. Desenvolvimento da Criminalidade Organizada.....	33
5. Dificuldades da Investigação.....	36

6. Métodos de combate.....	38
6.1. Principais Tratados e Instrumentos	40
6.1.1.CVUCOT.....	40
6.1.2. Tratado de Prüm	41
6.1.3. IAFIS	42
6.2. A nível nacional: algumas medidas de prevenção	43
7. Enquadramento legal	44
8. Predominância Criminal em Portugal.....	46
III.	51
1. O Crime Organizado na ótica da Comunicação Social	51
2. Análise de notícias no jornal Correio da Manhã	53
2.1. Corrupção	56
2.2. Roubo	57
2.3. Tráfico de Droga	59
2.4. Tráfico de Seres Humanos	60
2.5. Terrorismo.....	62
IV. A perspetiva da polícia.....	64
V. Conclusão	69
Referências Bibliográficas.....	73
Anexos.....	77

Índice de Gráficos

Pág.

II.

Gráfico n.º 1 – Transportes Utilizados no Tráfico de Droga.....	22
Gráfico n.º 2 – Apreensões totais por tipo de estupefaciente	23

III.

Gráfico n.º 1 - Registo por local de participação.....	55
Gráfico n.º 2 - Predominância Criminal por Distrito.....	555
Gráfico n.º 3 - Corrupção e Género.....	57
Gráfico n.º 4 - Corrupção e Nacionalidade.....	577
Gráfico n.º 5 – Roubo e Género.....	57
Gráfico n.º 6 – Roubo e Nacionalidade	577
Gráfico n.º 7 – T. de Droga e Género.....	60
Gráfico n.º 8 – T. de Droga e Nacionalidade.....	6060
Gráfico n.º 9 – T.S.H. e Género.....	61
Gráfico n.º 10 – T.S.H. e Nacionalidade	6161
Gráfico n.º 11 – Média de idade dos detidos	6262

Índice de Imagens

Pág.

II.

Imagem n.º 1 - Manifestação Islâmica em Londres	267
Imagem n.º 2 - Michael Adebolajo.....	277
Imagem n.º 3 – Crimes subjacentes ao Branqueamento de Capitais.....	300
Imagem n.º 4 – Branqueamento de Capitais.....	31

Índice de Tabelas

Pág.

II.

Tabela n.º 1 - Criminalidade Violenta em 2011	4747
---	------

III.

Tabela n.º 1 – Notícias analisadas no jornal Correio da Manhã.....	54
--	----

Lista de Abreviaturas

T.S.H. – Tráfico de Seres Humanos

O.T.S.H. - Observatório do Tráfico de Seres Humanos

O.P.C. - Órgãos de Polícia Criminal

S.E.F. – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

S.I.S. – Serviço de Informações de Segurança

G.N.R. – Guarda Nacional Republicana

P.J. – Polícia Judiciária

P.S.P. – Polícia de Segurança Pública

R.A.S.I. – Relatório Anual de Segurança Interna

C.P. – Código Penal

C.V.U.C.O.T. - Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional

U.N.O.D.C. - United Nations Office on Drugs and Crime

A.Q.M.I. - Al-Qaeda no Magreb Islâmico

E.T.A. - *Euskadi Ta Askatasuna*

I.R.A. - Irish Republican Army

S.O.C.T.A. - Serious and Organized Crime Threat Assessement

F.B.I. - Federal Bureau of Investigation

I.A.F.I.S. - Integrated Automated Fingerprint Identification System

I - Introdução

Frequentemente caracterizada pelo recurso à violência, a Criminalidade Organizada assume especial destaque, isto porque, a criminalidade violenta é aquela que mais contribui para o sentimento de insegurança numa sociedade (Reno et al, 1998).

Apesar do recrudescimento do estudo da criminalidade, os estudos científicos existentes são direcionados para tipos de crimes específicos, nomeadamente: tráfico de seres humanos, apoio à imigração ilegal, terrorismo, roubo, branqueamento de capitais e tráfico de droga. Porém, no que concerne ao tipo de Criminalidade Organizada praticada em Portugal, à forma de atuação das redes que a praticam ou ao perfil socioeconómico, étnico e de trajetória criminal dos membros que as integram, ainda não existem estudos realizados.

No âmbito da Criminalidade Organizada foram analisadas diversas redes criminosas, nomeadamente as *Máfias* italianas, os *Yakuza* provenientes do *Japão*, as *Tríades* chinesas, os *Arteis* da Rússia, os *Carteis* da Colômbia, entre outras. Porém, em Portugal não existe uma tipologia própria dos criminosos organizados. Será que não existem grandes organizações do crime e sim pequenas associações? Ou será que dentro dos criminosos organizados poderemos encontrar um padrão?

Neste estudo pretende-se analisar todas as particularidades da Criminalidade Organizada em Portugal, com vista a poder responder estas questões, contribuindo para um conhecimento mais abrangente da problemática em si.

Pois,

“é sabendo a origem, de onde veio, a sua evolução, que caminho percorreu e as tendências evolutivas para onde poderá ir, que se pode conhecer e combater qualquer fenómeno, no caso concreto o Crime Organizado”,

(cit in Serviço de Informações de Segurança: Crime Organizado Transnacional).

Atendendo aos objetivos inicialmente traçados, esta tese está estruturada em duas partes distintas. Na primeira é realizada uma revisão bibliográfica, onde são apresentadas algumas definições sobre o problema em questão, identificados os tipos de crime que predominam na atividade destas redes, dificuldades que subsistem na

investigação, algumas medidas de combate e por fim, o enquadramento legal do crime organizado em Portugal, assim como a predominância criminal em território nacional.

A segunda parte é constituída pela componente empírica. Inicialmente foram analisadas notícias publicadas na imprensa portuguesa referentes à criminalidade violenta e organizada. O objetivo foi o de esboçar o perfil dos detidos (gênero, idade, nacionalidade), assim como identificar os distritos onde ocorreram os crimes. Pretendeu-se também, verificar a existência ou ausência de alguma característica jornalística que potenciase a criação ou desenvolvimento de estigmas nos leitores.

Posteriormente, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas a um inspetor da Polícia Judiciária e a um inspetor do serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com o intuito de perceber como a polícia de investigação encara este tipo de criminalidade, quais as principais características dos membros destas redes criminosas organizadas e quais os meios a que recorrem para as dismantelar.

Após a leitura bibliográfica e da análise da componente empírica pretende-se saber qual o perfil socioeconómico, étnico e de trajetória criminal dos criminosos organizados e a forma de operar das redes a que pertencem. Assim como se formam, qual o seu reportório criminal, entre outros tópicos referentes às suas peculiaridades.

II.

1. Definição de Crime Organizado

A definição de Crime Organizado não é consensual. Mediante determinada área de conhecimento, das suas prioridades e amplitudes, podem ser desenvolvidas perspectivas distintas. É o caso da concetualização do conceito de crime organizado na abordagem policial, que coloca a sua ênfase nos indicadores criminológicos. Nomeadamente: na planificação, na preparação dos atos criminosos, nos diferentes modos de execução e de utilização do produto do crime e por fim, nas de relações e ramificações entre os atos criminosos e autores. Por outro lado, a perspectiva jurídica entende-o como um conceito organizativo-associação, de acordo com a durabilidade do fenómeno, a pluralidade de pessoas e se foi constituída para atividade ilegal (Santos Cabral, 2007).

Para Dick Hobbs (1988), o crime organizado funciona como uma “*empresa*” restrita que angaria fundos através de atividades ilícitas. Estas redes ou “*empresas*” como refere Hobbs (1988) atravessam fronteiras terrestres e marítimas, que pela sua capacidade de infiltração nas estruturas jurisdicionais, políticas e administrativas do Estado, podem pôr em causa a própria integridade deste (Serviço de Informações e Segurança).

Devido à sua variedade criminal, Albini (1971) considera que a criminalidade organizada compreende uma organização que recorre à violência ou a ameaças de força, obtendo proveitos mediante atividades ilícitas e assegurando a sua imunidade através da corrupção (Hagan, 1983).

Ainda neste sentido, também em termos institucionais se procurou a construção de uma definição, tal como ocorreu aquando da Convenção de Palermo (2000) e Vancouver (2003) contra a Criminalidade Transnacional Organizada. Desta forma, poder-se-á entender como crime organizado:

“... grupos estruturados de três pessoas ou mais, existente desde há certo tempo e agindo de concreto, com o objetivo de cometer uma ou várias infrações graves ou infrações estabelecidas conformemente à presente convenção, para tirar, direta ou indiretamente, uma vantagem financeira ou outra vantagem material” (cit in Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional-CVUCOT- 2003: 15; Santos Cabral, 2007: 17).

Como supra ferido, a Criminalidade Organizada evoca uma definição complexa. Por se tratar de um fenómeno transnacional, cingir-nos-emos aos requisitos essenciais estipulados em conjunto pela União Europeia (U.E.) e pela Europol (Newburn, 2007). De acordo com o relatório produzido por estes dois organismos, para que estejamos perante um crime organizado têm de estar presentes quatro premissas fulcrais. Impreterivelmente, implica a colaboração de pelo menos três pessoas que atuem por um período de tempo prolongado ou indefinido, perpetradores de graves infrações penais, tendo como objetivo primordial a obtenção de lucro e/ou poder. Facultativamente, podem estar presentes outras características neste tipo de organizações. Designadamente, podem ter uma divisão específica de “trabalho”, operar internacionalmente, utilizar um sistema de disciplina e controlo, empregando violência ou outros meios de intimidação para obter o que pretendem. Também se podem valer de negócios lícitos para a lavagem de dinheiro ou exercer influências em diversas áreas, tais como: órgãos de comunicação social, política, economia ou até na justiça (Michael Levi, 2002 *in* Newburn, 2007).

Não obstante no relatório elaborado pela Polícia Europeia e pela U.E. se considerar o recurso à violência como uma característica opcional, ou seja, não patente em todas as organizações criminais organizadas, a grande maioria dos autores considera-a como basilar para a sua definição (Cusson, 2006; Hagan, 1983; Hobbs 1988).

2. Tipos de Crime

Quando nos referimos à Criminalidade organizada, facilmente a associarmos à *Máfia*. Nos Estados Unidos da América, as redes mafiosas expandiram-se, essencialmente, a partir de 1920 com a instituição da “Lei Seca”, em que foi proibida a comercialização do álcool, onde “gângsteres” como Al Capone, se dedicaram à distribuição e contrabando de bebidas alcoólicas (Hobbs, 1988).

No que concerne à *Máfia* italiana, Cressey (1967) diz-nos que 24 redes mafiosas eram controladas por uma comissão composta pelos chefes das famílias mais poderosas,

obtendo o monopólio das atividades criminosas mediante a corrupção de oficiais do estado (Maguire et. al. 1997: 827).

Para além de italianos, surgiram também grupos criminosos de outras origens, como polacos, irlandeses ou judeus. Tal fato levou a que Bell (1953) tenha considerado o crime, como uma componente elementar na sociedade americana, na medida em que foi o meio que os grupos étnicos encontraram, para se mobilizarem numa sociedade cujas culturas tradicionais esbarravam nos rígidos meandros da estratificação (*idem*: 825).

De acordo com Cressey (1967), estas organizações compreendem uma grande estrutura hierárquica, onde determinadas tarefas são atribuídas a certos membros. A entrada para a rede criminosa é restrita e as regras impostas são escrupulosamente cumpridas, dificultando a ação policial (Newburn, 2007: 411).

Com a sua evolução, foram surgindo novos tipos de criminalidade no repertório destas redes, nomeadamente o jogo ilegal, a prostituição, a extorsão e o tráfico essencialmente de drogas e de armas (Vitória, 2009). As *Máfias* Italianas, os *Yakuza* provenientes do Japão, as *Triades* Chinesas ou os *Arteis* da Rússia captam o foco da atenção dos investigadores nesta área, (Newburn, 2007; Paoli, 2004).

Todavia, nas organizações criminais organizadas a que alude o presente trabalho, o repertório delituoso é mais abrangente, não sendo controlado e regulado apenas por um chefe ou pelas ideologias e regras de uma “família mafiosa”.

Desta forma, o crime organizado pode englobar uma panóplia de áreas criminais, nomeadamente: cibercriminalidade; corrupção; branqueamento de capitais; contrabando; tráfico de drogas, armas, pessoas e/ou órgãos; crimes contra o ambiente; fraude e falsificação; extorsão; ofensas à integridade física; entre outras (Cabral, 2007).

2.1. Tráfico de Seres Humanos (T.S.H.)

Não obstante ser inúmeras vezes chamado de “escravatura moderna”, o T.S.H. tem sido perpetrado por décadas, séculos, podemos até identifica-lo no início da sociedade humana (Saragoça, 2010).

Em 2011, o Observatório de Tráfico de Seres Humanos (OTSH) sinalizou 71 casos de tráfico, porém, apenas 23 foram confirmados, a maioria dos quais homens vítimas de exploração laboral. Calcula-se que Criminalidade organizada gera anualmente 800 mil milhões de euros em todo o mundo, sendo 50 mil milhões provenientes do Tráfico de Seres Humanos na Europa. Variando o preço por pessoa, de continente para continente. De acordo com o Dr. Manuel Jarmela Palos, Diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, enquanto na Nigéria o preço por pessoa ronda os 2500 euros, em muitos países asiáticos o preço sobe para os 5000 euros. Muitos nem chegam ao país pretendido, acabando por falecer ao longo do percurso atribulado e perigoso que têm de ultrapassar. O mar mediterrâneo é uma das vias de entrada das vítimas que provêm da África, revelando-se simultaneamente numa viagem de risco, na qual, só em 2008, morreram cerca de 1000 pessoas (Manuel Palos, 2012¹). De acordo com o observatório das Drogas e Crime das Nações Unidas (UNODC), mais de 2,4 milhões de pessoas são vítimas de tráfico para serem comercializadas (Diário da República 2010 - N.º 231 -5373).

De acordo com informações do governo Norte-americano, estima-se que anualmente sejam traficadas entre 700.000 e 2.000.000 de mulheres e crianças, número bastante alarmante, sem descurar as cifras negras e o tráfico de homens (Mulas, *in* Valente 2009: 39).

Subscrevendo Zúniga Rodríguez (2004),

“O traficante de seres humanos surge quando colocamos um grupo de pessoas à margem da legalidade, não lhe sendo reconhecido qualquer direito, que, por se encontrar numa situação vulnerável não tem capacidade de denunciar, nem de se defender face aos abusos de que é objeto” (cit in Rodríguez, 2004: 121).

Em alguns casos, a vítima de tráfico foi vendida (habitualmente por familiares), raptada ou ameaçada a entrar nos meandros da comercialização humana. Noutros, a

¹ Preleção do Diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Dr. Manuel Jarmela Palos, no 1º Congresso Português de Criminologia - O Saber Criminológico: da Noção à Intervenção que se realizou nos dias 18 e 19 de Outubro de 2012 no auditório do Centro Social e Cultural do Olival.

vitimação surge depois de uma promessa de uma vida melhor num país mais promissor, tornando-se uma presa, fruto da emigração ilegal (Garcia, 2003).

O fosso económico entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos é também um flagelo aproveitado por determinadas organizações criminosas. As ditaduras opressoras, as guerras, a escassa industrialização, as epidemias e a pobreza extrema vivida em diversos países de África, torna os países europeus atrativos para muitos que procuram uma vida melhor. Como exemplo, enquanto nos países “ricos” o gasto *per capita* com a saúde ronda os 3.000 dólares, nos países “pobres” apenas despendem cerca de 78 dólares. Ou, uma criança que nasça agora na Zâmbia tem menos probabilidades de viver depois dos 30 anos, do que se tivesse nascido em Inglaterra em 1840 (Mulas *in* Valente, 2008: 35).

Dentre os países mais desenvolvidos, os seguintes destacam-se como sendo preferenciais nas escolhas dos emigrantes, nomeadamente:

- Canadá
- Estados Unidos da América
- Austrália
- Arábia Saudita
- Japão
- Europa:
 - Fundamentalmente Suíça (onde entre 15% a 25% da população é emigrante);
 - Reino Unido, Alemanha, Áustria, Itália, Espanha, Holanda, Bélgica, França e Suécia.

(Mulas *in* Valente, 2009: 39)

Por sua vez, os países de precedência são predominantemente do continente africano, da Ásia e da Europa:

- África:
 - Principalmente de Marrocos e Nigéria;
 - Angola, Guiné, Malawi, Serra Leoa, Somália, Senegal, Gana, Congo, Sudão, Etiópia, Argélia.

➤ Ásia:

- Essencialmente da China;
- Afeganistão, Índia, Paquistão, Irão, Iraque, Sri Lanka.

➤ Europa:

- Turquia, República Checa, Roménia, Bulgária, Ucrânia, Albânia, Eslovénia, Bósnia e Herzegovina, Macedónia, Montenegro, Sérvia.

(Mulas *in* Valente, 2009: 39)

Todavia, a vontade de emigrar e conhecer outra realidade esbarra nas restrições das políticas migratórias, que cada vez se têm tornado mais rigorosas, dificultando a obtenção da autorização de trabalho e residência. Ora, é precisamente nesta contradição de que se alimentam algumas organizações do crime organizado (*idem*: 37). Recorrendo a esta desgraça internacional, negociam a extradição (a preços exorbitantes) com desesperados que almejam um futuro mais promissor. Alegadamente providenciam entrada clandestina no país pretendido, documentação falsa, trabalho fictício, alojamento, etc.. Os fluxos de emigração são incontroláveis e muitos vêm nestas organizações como a única saída possível da precariedade, tornando-se presas fáceis, principalmente mulheres, que inúmeras vezes acabam nos meandros da exploração sexual e laboral (Abreu, 2001: 24).

Para os diversos destinos pretendidos pelos emigrantes, são adotadas diferentes trajetórias pelos traficantes. Segundo Sánchez García (2003), as rotas mais utilizadas pelas redes de emigração ilegal são as seguintes:

Em território europeu, recorre-se à rota dos Balcãs² para fazer a travessia dos países da Europa Oriental para a Europa Ocidental. Os albaneses, por sua vez, optam pelo mediterrâneo para alcançarem a Itália (García, 2003: 121).

Da Ásia para a Europa existem 3 rotas possíveis. Numa primeira é utilizada, uma vez mais, a rota dos Balcãs, na qual transitam curdos, iranianos e iraquianos, através da

² Os Balcãs é o nome de uma região do sudeste da Europa. Engloba diversos países, nomeadamente: Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Grécia, Macedónia, Sérvia, Montenegro, Kosovo e a parte continental da Turquia. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/significado/balc%C3%AAs/5998/>.

Turquia e Grécia. A rota dos Bálticos ³ afigura-se como outra opção para os asiáticos que, atravessando a Rússia, os países Bálticos e os países Nórdicos, chegam a solo do ocidente europeu. Por fim, a Polónia é um país de passagem para bielorrussos e asiáticos e pela Hungria transitam os precedentes da Europa de leste e também os asiáticos. Os chineses, por sua vez, recorrem frequentemente à Rússia para iniciarem travessia (*ibidem*).

Aliás, no que concerne ao continente asiático encontramos uma panóplia de rotas possíveis. Comercializadas para fins de exploração sexual, mulheres do sudoeste asiático, nomeadamente das Filipinas, Tailândia ou Indonésia, são transportadas pelo território japonês. Outras vão desde o Nepal e Bangladesh para a Índia e Paquistão. A rota onde mais se verifica o tráfico de crianças vai desde o Vietnã e Camboja para a China, Tailândia e Singapura. No entanto, o tráfico não é apenas para fins de exploração sexual. Há também elevados índices de tráfico de trabalhadores da Ásia meridional, mulheres destinadas à servidão doméstica e crianças para trabalharem como “*jockeys*” de camelos são as principais vítimas. Estas crianças, com cerca de quatro anos, têm como função montar os camelos para participarem em corridas, estando na maior parte das vezes subnutridas para ficarem mais leves. Frequentemente são traficados para países do Golfo pérsico, como os Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Arábia Saudita, Líbano ou até mesmo para a Austrália (*ibidem*).

Para se fazer a travessia do continente Africano para o Europeu, é utilizada a rota mediterrânea, que permite a entrada dos emigrantes no velho continente através da Grécia, Itália e Espanha (*idem*: 122).

Dentro da América, o fluxo migratório parte da América do Sul e Central para os Estados Unidos e Canadá, habitualmente por via terrestre através do México, onde as vítimas terão como destino a exploração sexual e laboral (*ibidem*).

Por fim, da América do Sul para a Europa as vítimas são traficadas, essencialmente, pela via aérea, tendo como destino Portugal e Espanha (*ibidem*).

A África surge, fundamentalmente, como um continente “exportador”. Para além da emigração para a Europa, há um grande tráfico de mulheres da África central e ocidental, nomeadamente do Mali, Benim ou Etiópia, para países do Oriente e do Golfo

³ Países Bálticos é o nome dado à região no nordeste da Europa, na costa leste do mar Báltico, onde se situam a Lituânia, a Letónia e a Estónia. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%ADses_B%C3%A1lticos.

Pérsico para trabalharem como serventes domésticas. No entanto, não obstante a tendência das vítimas partirem para outro continente, devido aos diferentes patamares de pobreza também se verifica a emigração intracontinental. Muitas crianças de países mais pobres, como Mali ou Benim, são traficadas para outros países (Nigéria, Costa do Marfim ou Burkina Faso) para serem explorados sexualmente, trabalhar em plantações ou em serviços domésticos (*ibidem*).

Este negócio gera milhões e implica que as redes que se encarregam de o gerir sejam extremamente organizadas, sendo necessários diferentes membros para cada função. García (2003) divide o processo da atribuição de tarefas para a emigração ilegal em três. De acordo com o autor, uns recrutam no país de origem, ficando encarregues de providenciarem documentos falsos para entrada no país pretendido, assim como de documentos que provem o contato com pessoas residentes no país de destino. Outros seriam os agentes de viagem, cuja função seria tratar de todos os aspetos relacionados com o transporte. Por fim, no país recetor teriam de estar outros membros que uma vez mais tratariam de facultar novos documentos falsos, como autorizações de residência ou contratos de trabalho, ficando *a posteriori*, diretamente incumbidos da exploração laboral e/ou sexual do emigrante (García, 2003).

Como supra mencionado, a emigração ilegal gera grandes lucros económicos para as redes criminosas, sendo provavelmente, o seu objetivo primordial. Todavia, há também outros fatores que tornam este negócio aliciante. Nomeadamente, o reduzido risco que acarreta, na medida em que raramente a vítima denuncia o crime, quer por medo das consequências que poderiam advir por parte da própria rede criminosa, quer por receio de ser extraditado/a do país, por não saber onde se dirigir ou até, por não saber falar o idioma. Mesmo em caso de denúncia, as organizações criminosas têm em seu benefício uma legislação benevolente, onde a punição destas condutas se revela escassa. Isto, em analogia a crimes como o tráfico de órgãos, de drogas ou de armas, uma vez que é entendido como um crime sem vítima por considerarem que foi o próprio emigrante que voluntariamente se colocou numa situação delicada. Outras vantagens desta atividade criminal é a possibilidade de se interpenetrar com outros negócios lícitos como o turismo ou a hotelaria. De acordo com García (2003), a indústria do sexo tem vindo a perder o seu carácter clandestino passando a ser englobada como uma área de prazer, de diversão e de relaxe, sendo algo subjacente ao turismo (*idem*, 119). Por fim, com menor peso mas importante de salientar, é o fato das redes que se dedicam a este

tipo de crime poderem reaproveitar as rotas estabelecidas para transportarem drogas, armas ou veículos usados, aproveitando os recursos humanos e materiais e dirimindo os custos (*idem*, 120).

2.2. Tráfico de Droga

Pela sua localização estratégica, Portugal é encarado como uma das maiores portas de entrada de droga para território europeu, sendo a cocaína proveniente da América da Latina e o haxixe de África. Negócio rentável aproveitado por grupos criminosos nacionais que fornecem informações de logística para o sucesso do tráfico, sendo nestes casos, as infraestruturas portuárias e aéreas os alvos prioritários (RASI, 2011: 36). Quanto ao tráfico de outros estupefacientes, como a heroína e drogas sintéticas, também se verifica uma tendência desenvolvimental, a qual ressalta à atenção do Serviço de Informações nacional devido às crescentes ligações entre as redes criminosas organizadas e os grupos terroristas (*ibidem*). Esta simbiose desencadeia um alarmismo global, essencialmente devido às relações narcotráfico/financiamento de organizações terroristas e /ou, imigração ilegal/circulação de extremistas, sendo estas relações potenciadoras de ameaças à segurança nacional e internacional.

Em Portugal, o tráfico de droga manifesta-se mediante dois modelos distintos. Num primeiro, é visado o negócio interno para a satisfação dos mercados de consumo, ou seja, distribuição e respetivo consumo a nível nacional. Num segundo, o objetivo da distribuição é a nível transnacional, que regido por lógicas de tráfico internacional, procura a introdução de estupefacientes a nível europeu.

De acordo com o RASI (2011), relativamente à heroína e ao ecstasy, estes negócios internacionais com a cedência do produto a partir de território nacional, abastecem, essencialmente, os mercados espanhóis e holandeses, quer por via terrestre, quer por via aérea. Quanto à cocaína e ao haxixe o processo é semelhante ao anterior, sendo o nosso espaço continental e insular utilizado como ponto de entrada e de trânsito destes estupefacientes para toda a Europa. Predominantemente, o haxixe chega a Portugal por via marítima, sendo depois transportado por via terrestre para outros países. No entanto, por vezes ainda são utilizados correios de droga que transportam haxixe, principalmente dentro do organismo, com vista ao abastecimento local. No

tráfico de cocaína, a via marítima também é a mais utilizada pelos traficantes, principalmente para o transporte de grandes quantidades. Método este que pode apresentar estratégias diversificados, processando-se nomeadamente pela utilização de embarcações de recreio através de operações de embarque ou recorrendo a contentores, com a captação de tráfegos do comércio internacional. A aviação comercial é outra das formas muito utilizadas. Neste processo, o ser humano é instrumentalizado como “mula” para o transporte de quantidades pequenas e médias, levando-as quer na bagagem ou no próprio organismo.

Importa salientar que, contrariamente ao que se possa pensar, o maior volume de tráfico de estupefacientes não se pode atribuir a um indivíduo “cérebro” de uma organização, a uma *Máfia* ou a um *Cartel*. De acordo com Dorn et al. (1992),

“...a maior parte do tráfico provém de um vasto número de organizações pequenas que operam de forma autónoma e independentes umas das outras”, (cit in Bean, 2008: 151).

O seguinte gráfico demonstra o tipo de transporte predominantemente utilizado pelos traficantes para o tráfico dos diferentes estupefacientes. Em concordância com o supra referido, a cocaína (78%) e o haxixe (94.6%) são preferencialmente transportados via marítima, sem descurar o transporte aéreo no primeiro caso e o terrestre no segundo, respetivamente. Relativamente à heroína, o meio de transporte mais utilizado foi o rodoviário (69.6%), seguindo-se o aéreo com (25.4%). Em antítese, no que concerne ao tráfico de *ecstasy*, essencialmente recorreu-se à via aérea (86.8%), tendo sido preterida a via terrestre que apenas regista 9.8% da globalidade apreendida neste tipo de droga.

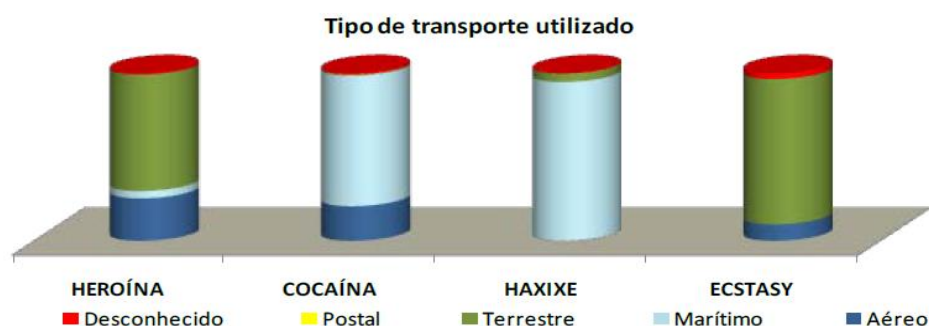


Gráfico n.º 1 – Transportes Utilizados no Tráfico de Droga

Fonte: RASI, 2011: 67

Em suma, relativamente ao tráfico internacional, Portugal é utilizado como uma plataforma para a introdução de haxixe e cocaína, onde indivíduos de nacionalidade portuguesa e de outros países se encarregam das operações de logística, servindo organizações que por norma, não estão sediadas em território nacional.

Porém, devido à eficácia dos órgãos de polícia criminal (OPC) no desmantelamento de redes de tráfico, deduz-se que estas tenham vindo a adotar outras rotas, em detrimento do território nacional. Provavelmente por este motivo, em 2011 verificou-se um decréscimo nas apreensões de haxixe (-58.30%) e *ecstasy* (-83.90%). Todavia, o sucesso dos OPC apenas se fez sentir na dissuasão do tráfico das drogas leves, na medida em que se verificou um aumento das apreensões de 53.60% na heroína e de 13.40% na cocaína (RASI, 2011).

No gráfico que se segue podemos ver o número total das quantidades dos estupefacientes apreendidos em 2011, assim como o total das apreensões efetuadas no mesmo ano.



Gráfico n.º 2 – Apreensões totais por tipo de estupefaciente

Fonte: RASI, 2011: 65

Estas apreensões resultaram na detenção de 4.661 indivíduos, menos 1.3% que em 2010. Analisados os suspeitos detidos, chegou-se à conclusão que o traficante é

predominantemente português (82.9%), do género masculino (89.1%) e com idade superior a 21 anos (81.1%). Os restantes traficantes (17.1%) provêm essencialmente de Cabo Verde, Brasil e Guiné-Bissau, sendo também uma reduzida percentagem originário de outros países (RASI, 2011: 67).

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna de 2011, tem-se verificado uma ascendência desenvolvimental por parte dos grupos organizados no que concerne ao tráfico de droga e à imigração ilegal, nomeadamente a nível dos espaços geográficos afetados e *modus operandi* adotados (*idem*: 31).

Relativamente ao tráfico de cocaína, destacam-se essencialmente redes organizadas provenientes da América Latina e da África Ocidental, representando o território português, a plataforma de sustentação das redes migratórias. Tendência migratória que se tem dirimido devido à atual conjuntura económica, relegando os grupos criminosos que se dedicavam à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos, para outros mercados criminais (*idem*).

O tráfico de armas, por sua vez, tem mantido as suas dinâmicas, especialmente dentro das zonas urbanas, nas quais é negociada a compra/venda de armas, mas também, apenas o aluguer destas para serem utilizadas na prática de crimes (*idem*: 36). De fato, a simbiose existente entre o narcotráfico e o tráfico de armas é um dos sustentáculos do crime organizado, onde as redes criminosas recorrem a tecnologia de ponta para movimentarem toneladas de droga, lucrando milhões, que depois voltam a ser reinseridos nas respetivas economias mediante artimanhas financeiras. Por exemplo, no Afeganistão a principal fonte de rendimentos do país é o ópio, que é transformado em morfina no país e posteriormente enviada (através do Irão) para a Turquia, onde é processada em heroína. Como apanágio da criminalidade organizada, este processo implica o envolvimento de indivíduos de várias nacionalidades, nomeadamente: chineses, italianos, libaneses, nigerianos, paquistaneses, iraquianos, afegãos, russos e turcos. E tal como acontece na imigração ilegal/tráfico de pessoas, a rota dos Balcãs é a predileta para a introdução de heroína na Europa, negócio este controlado essencialmente pelas máfias turcas, (Alves, 2010). O tráfico de droga é também uma das principais fontes de rendimento dos grupos extremistas, tópico sobre o qual nos desdobraremos de seguida.

2.3. Terrorismo

Não obstante a morte de vários líderes, tendo desfalcado o movimento *Jihadista*⁴, o terrorismo⁵ continua a ser uma das preocupações dos serviços de segurança dos estados membros. Os quais seguem, escrupulosamente, as tendências de evolução e as relações entre extremistas europeus e os palcos internacionais de *Jihad*⁶ (RASI, 2011).

Após os ataques de 11 de Setembro em 2001, investigadores concluíram que a Al-Qaeda dispunha de células em todos os continentes, com predominância na Europa, mais propriamente: em Espanha, Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Alemanha, Suíça, Holanda, Bósnia e Kosovo. Não obstante se tratar das mais alarmantes redes terroristas a nível mundial, daí merecer a nossa breve referência, a Al-Qaeda não possui uma estrutura hierárquica rígida. Segundo Maria do Céu Pinto (2009), esta rede terrorista é mais que uma organização, é uma rede global de relações, que sociologicamente se pode classificar como uma SPIN: Rede Segmentada, Policêntrica e Ideologicamente Integrada (Pinto *in* Valente, 2009: 85). É regida por ideais consensuais a partir dos objetivos do núcleo mas, simultaneamente opera de forma independente. Daí Hoffman (2005) considerar esta organização uma “*franchise internacional com representantes locais vagamente ligados a uma base central ideológica ou de motivações*” (cit *in* Valente, 2009: 86). A Al-Qaeda deixou de ser um grupo e passou a ser um movimento, “*havendo indícios que a ameaça terrorista está a deslocar-se de pequenos grupos para indivíduos motivados e autónomos*” (cit *in* Alves, 2010: 85). Como exemplo, observemos o caso do marroquino Hassan El Jaaouani e o argelino Nou Mediouni, detidos a 23 de Abril de 2013, numa operação que contou com a colaboração das polícias espanhola, francesa e marroquina. Por frequentarem *sites* e fóruns islâmicos e após entrarem em contato com um recrutador islâmico no Mali, tendo já recebido treino militar fornecido por extremistas, desencadearam a desconfiança e consequente investigação por parte das autoridades responsáveis (Garcia, 2013). Mais mediático, os recentes atentados em Boston, alegadamente perpetrados por Dzhokhar e Tamerlan

⁴ Segundo Hoffman e Gunaratna (2004), o movimento *Jihadista* são ações levados a cabo por grupos informais, representando uma ameaça mais séria que a Al-Qaeda (cit *in* Alves, 2010).

⁵ Terrorismo – sistema composto por um conjunto de atos, métodos ou práticas criminais com finalidade política, (Pedro *in* Valente, 2009: 104).

⁶ *Jihad* na sua tradução literal do árabe significa esforço. Pelo ocidente *Jihad* é traduzida como “guerra santa”, sendo esta uma definição refutada pelos muçulmanos pois defendem que nada tem a ver com guerra mas sim, com o empenho que os praticantes têm em seguir a sua religião. O *Jihadismo* é o conjunto de práticas da *Jihad*, sendo também considerado “um esforço de acordo com Alá”, (cit *in* Alves, 2010: 70).

Tsarnaev, dois irmãos de nacionalidade chechena. A informação avançada pela imprensa é que terão agido sozinhos e por motivos religiosos, assumindo uma posição islamita extrema (Oliveira, 2013). Apesar de não se conhecer qualquer ligação dos dois jovens com a Al-Qaeda, as guerras dos Estados Unidos da América contra o Afeganistão e Iraque, aliadas às constantes ameaças e incitações ao confronto por parte do núcleo desta rede terrorista, estiveram na base das suas motivações, podendo ainda desencadear o desenvolvimento de novas células terroristas e consequentes ataques.

Londres afigura-se como uma das principais cidades de “risco” para a formação e desenvolvimento de novas células. A proliferação de líderes radicais islâmicos na capital britânica a partir da década de 90 levou a que esta passasse a ser apelidada de “Londistão”. As mesquitas de Frinsbury Park e Brixton afiguram-se mesmo como o epicentro do movimento *Jihadista* em terras de sua majestade. Os ataques de 5 de Julho de 2005 em Londres, aliados às constantes ameaças dos extremistas que ameaçam derrubar os governos que, na sua ótica, são opressivos e hereges, exaltam ao alarmismo da população em geral e à atenção dos serviços de segurança, que veem a sua tarefa agravada pela profunda clandestinidade pela qual se regem os terroristas (Alves, 2010).

É certo que nem todos os muçulmanos perpetrariam atentados terroristas, todavia, pelas imagens que se seguem, podemos constatar que o ódio que nutrem pelo ocidente é patente numa grande parte da comunidade islâmica residente em Londres.



Imagem n.º 1 - Manifestação Islâmica em Londres

Nesta manifestação, centenas de islâmicos reiteraram em cartazes, ameaças já proferidas por líderes de organizações terroristas ao ocidente. Frases como: “Europa vais pagar”, “Europa é o cancro, Islão é a cura”, “Estejam preparados para o verdadeiro holocausto” ou o “Islão vai dominar o mundo” são exemplos claros de ameaças que não podem ser de alguma forma negligenciadas quer pelas autoridades, quer pela sociedade em geral. Infelizmente, Michael Adebolajo, um nigeriano de 28 anos presente nesta manifestação, juntamente com Michael Adebowale de 22 anos, seu parceiro ideológico, levaram as suas ameaças avante ao assassinar selvaticamente um militar inglês no bairro de Woolwich, em Londres⁷.



Imagem n.º 2 - Michael Adebolajo

Depois do 11 de Setembro, para além de se ter constatado que a Al-Qaeda dispunha de células em inúmeros países, também se verificou que os membros provinham de todo o globo:

“... foram recrutados na Europa, na África, na América... vêm de todos os continentes: são turcos, bengalis, franceses, americanos, somalis, filipinos, chineses, canadianos (...) recebem uma formação completa, certamente a utilizar armas e explosivos, mas também técnicas de guerrilha”.

(Bauer e Raufer, 2003, *in* Alves, 2010: 93).

A título de exemplo, o grupo responsável pelos ataques de 11 de Março em Madrid era composto por marroquinos residentes em Espanha.

Em Portugal, a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI) destaca-se como sendo a organização terrorista que terá mais propensão a visar o território nacional para o desenvolvimento das suas atividades. Criada em 1997 e com laços com a Al-Qaeda

⁷ Disponível em: <http://www.independent.co.uk/news/uk/crime/michael-adebowale-and-michael-adebolajo-the-two-polite-young-men-that-met-at-university-who-would-become-known-as-the-bloodied-woolwich-murder-suspects-8631603.html>.

desde 2002, esta organização de origem argelina é composta por sunitas⁸ e por defensores da *Jihad* de todo o norte de África, tendo como intento primordial a luta contra os interesses ocidentais. Desde há vários anos que é seguida pelos Serviços de Informações, devido à proximidade com o norte de África e à consequente facilidade na circulação de extremistas. O fato da capacidade operacional e de influência da AQMI apresentar uma tendência ascendente, ressalta à atenção dos organismos de segurança nacional. Atenção que também se estende à ETA (*Euskadi Ta Askatasuna*), que mesmo tendo cessado definitivamente a sua atividade armada, não descarta a possibilidade de recorrerem a Portugal para uma eventual reorganização operacional (RASI, 2011: 37).

Os recentes desenvolvimentos ocorridos, no Norte de África e Médio Oriente, tendo conduzido à queda dos regimes autocráticos tunisino, egípcio e líbio, embora constituindo-se como relevantes oportunidades do ponto de vista político, não podem deixar de suscitar preocupações, designadamente no contexto do terrorismo (*idem*: 28).

As relações entre os extremistas e o mundo do crime organizado têm sido fortificadas, e não apenas a Al-Qaeda, mas também outros grupos associados, onde o tráfico de estupefacientes e a aquisição de armamento são os objetivos primordiais. De acordo com Gunaratna (2004), “...os serviços secretos suspeitam que a Al-Qaeda possa ter adquirido os mísseis em grupos de crime organizado”, (*cit in* Alves, 2010: 86). E o problema exacerba-se, quando as organizações terroristas são financiadas pelos próprios estados, como é o caso do *Hezbollah* (Partido de Deus) e do *Hamas* (*Harakat al Muqawamah al Islamiyyah*) que recebem apoio financeiro do Irão (Alves, 2010: 101).

O terrorismo é a ameaça mais alarmante para a segurança global do século XXI. O recurso a armas nucleares, bacteriológicas, radiológicas e químicas numa terceira guerra mundial poderá levar ao verdadeiro holocausto já ameaçado por muitos extremistas e antevisto por Einstein: “*Não sei como será a III Guerra Mundial, mas a IV será com paus e pedras!*”.

⁸ Ver <http://www.significados.com.br/sunitas/>.

2.4. Branqueamento de Capitais e Corrupção

O branqueamento de capitais é um tipo de crime transversal, sendo impreterível na atividade de grandes redes criminosas. Procedentes das suas atividades criminosas, todos os grupos procuram branquear os lucros ilícitos que arrecadam, podendo a nível individual, atingir os milhares de milhões de euros.

Como temos vindo a salientar, a corrupção e o branqueamento de capitais estão intrinsecamente ligados ao crime organizado, sendo por isso relevante uma breve abordagem a este tipo de crime. Segundo Lourenço Martins (2004), podemos definir o branqueamento de capitais (dinheiro ou outros bens), como o processo através do qual o *“produto de atos ou operações criminosas é investido em atividades aparentemente lícitas, mediante dissimulação da origem desses atos ou operações”* (cit in Rodrigues, 2010: 3). Ou seja, é o processo onde os capitais obtidos de forma ilícita são “branqueados/lavados” para voltarem a ser incorporados na economia lícita sem despertar a atenção das autoridades. O sucesso deste crime envolve um elevado grau de sofisticação e processos complexos, estando habitualmente, diretamente conotado à corrupção (*idem*). Mas, estes são vistos como crimes secundários, como meios para a obtenção dos lucros provenientes de crimes anteriores. Crimes perpetrados por redes criminosas altamente organizadas, as quais se dedicam, *a priori*, a crimes como o roubo, terrorismo, tráfico de armas, de droga, de pessoas ou de objetos de elevado valor (Rodrigues, 2010). Podemos constatar, na imagem que se segue, os tipos de crimes que podem estar subjacentes ao branqueamento de capitais.



Imagem n.º 3 – Crimes subjacentes ao Branqueamento de Capitais

Fonte: Rodrigues, 2010: 15

A sofisticação e a diversidade das técnicas adotadas podem envolver distintas entidades bancárias e seguradoras, consultores financeiros, técnicos oficiais de contas, empresas de fachada, entre outras. Não obstante o consenso por partes dos autores no que concerne ao desenrolar deste processo, Levi (2002) salienta que as técnicas utilizadas variam mediante a necessidade de branquear, das capacidades dos perpetradores e dos conhecimentos que detêm para o cometimento deste crime (*idem*, 11).

Já Leong (2007) refere que o grau de sofisticação, a quantidade de membros envolvidos e o recurso ou não a “*offshores*” depende de uma panóplia de fatores. Dias (2012) destacou:

- Tipo e local onde do ilícito;
- Quantia de valores envolvidos;
- Estrutura e sofisticação da rede criminosa;
- Capacidade de intimidação e financeira;
- *Background* profissional e educacional dos membros;
- Uso de tecnologias de informação indispensáveis para cometer o ilícito;

- Contratação de especialistas financeiros em esquemas de branqueamento de capitais;

(cit in Dias, 2012: 12).

A figura que se segue demonstra o ciclo da “lavagem” de dinheiro, desde a sua forma inicial (ilícita), até ser reintroduzido legalmente no mercado.

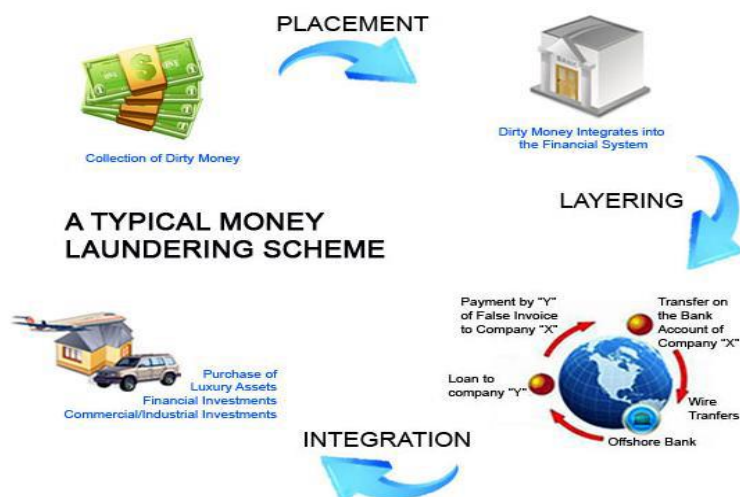


Imagem n.º 4 – Branqueamento de Capitais

Fonte: Dias, 2012: 9

Na prática deste crime tem-se verificado uma tendência crescente para o empreendedorismo e para a gestão de negócios lícitos, como imóveis por exemplo, camuflando a ilegalidade e servindo de subterfúgio para o branqueamento de capitais. Na realidade, em alguns casos as atividades legítimas são uma importante fonte de recursos usada no investimento em atividades criminosas (Rodrigues, 2010).

De acordo com o relatório elaborado pelo Eurostat em 2010, denominado “*Money Laundering in Europe*”, a prática deste crime tem aumentado quer a nível nacional, quer a nível internacional. Em conformidade com as características do crime organizado, o branqueamento de capitais é também uma problemática transnacional. Pelas suas complexas particularidades, não é possível especificar quais os montantes envolvidos neste processo. As únicas estimativas disponibilizadas por organizações internacionais calculam que para o ano de 2006, os valores “branqueados” oscilassem entre os 800 mil milhões e os 2 biliões de euros, sendo equivalente a 2 a 5% do PIB

global ou quinze vezes o PIB de Portugal, lucros provindos do crime altamente organizado (*in* Dias, 2012: 6/7).

Por sua vez, a exorbitância destes montantes potencia o surgimento de um outro crime, a corrupção, sendo o poder político determinante para a supressão, diminuição, manutenção ou até para o recrudescimento do branqueamento de capitais e do crime organizado (*idem*, 8). Problemático é o fato da maioria dos grupos criminosos deterem uma enorme capacidade económica para corromperem. De fato, 75% dos grupos criminosos organizados que sistematicamente usam a corrupção possuem uma abundância em recursos financeiros (SOCTA, 2013: 36).

As instituições financeiras também assumem um papel de relevo no combate a esta problemática, visto ser-lhes imposta a obrigatoriedade de denunciar todas as transações suspeitas. No entanto, esta obrigação gera um dilema para os bancos, na medida em que se realizarem muitas denúncias, deixam de ser procurados para transações de montante elevado, perdendo os lucros que lhes estariam subjacentes. Para a resolução deste conflito de interesses, Dias (2012) sugere a implementação do modelo utilizado nos E.U.A., em que uma entidade supervisora é responsável por todas as transações realizadas em determinado território. Recorrendo a um *software* denominado “*Anti-money Laundering*”, é possível a essa entidade analisar os dados dos clientes e detetar operações suspeitas (*idem*, 16). O aumento repentino e exponencial dos fundos ou retirada valores elevados são as principais anomalias detetadas por este programa, não obstante haver uma classificação prévia do nível de (des)confiança dos clientes (*idem*, 17).

3. Perfil dos autores

No relatório alusivo à Criminalidade Organizada e formas de combate, elaborado pela Comissão de Investigação Finlandesa para a Comissão Europeia em 2011, foram estudados sete grupos de crime organizado, provenientes de três estados membros da União Europeia. Os grupos em questão estavam envolvidos numa panóplia de crimes, nomeadamente: extorsão; tráfico de armas; tráfico de drogas; tráfico de seres humanos; jogo ilegal; lavagem de dinheiro e prostituição (Nyholm, 2011: 45). Em todos

os grupos eram atribuídas tarefas específicas para os seus membros que tinham idades compreendidas entre os 18 e os 51 anos. Dentre estes, dezoito responderam a um questionário elaborado pelos investigadores a fim de se descortinar o tipo de comportamento patente nestas organizações. Após análise dos questionários apurou-se que as características que predominaram foram: a adaptabilidade; a agressividade; a rapidez para se aproveitarem das oportunidades; a atenção dada aos detalhes e o seguimento das regras. Por sua vez, as características menos típicas registadas foram as seguintes: capacidade de responsabilidade individual; oportunidades de crescimento profissional; partilha de informação; solidariedade e desenvolvimento de relações de amizade no trabalho (*idem*: 46). No que concerne ao grau de identificação com os respetivos grupos, 13 dos 18 indivíduos veem o sucesso da organização como o seu sucesso pessoal. Ora, tal simbiose dos membros para com as redes criminosas aliada à sua predisposição intrínseca para a violência, torna estes indivíduos altamente imprevisíveis, assim como extremamente perigosos.

Alguns líderes das redes de crime organizado apresentam traços de uma personalidade psicopata, tornando-os insensíveis e não confiáveis, principalmente membros com um reduzido nível de inteligência (*Idem*, 53).

No que concerne às vítimas, alguns estudos realizados, assim como as estatísticas oficiais, dizem-nos que são predominantemente os homens as vítimas de crimes violentos, sendo os crimes cometidos por estranhos mas do mesmo sexo. De acordo com Carrabine et al. (2009), nas idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos, os jovens correm mais riscos de serem vítimas de um crime violento. Relativamente ao homicídio, as estatísticas duplicaram nas últimas duas décadas em jovens que tinham entre 20 a 24 anos (Carrabine et al. 2009: 166).

4. Desenvolvimento da Criminalidade Organizada

A globalização é, sem dúvida, o elemento-chave para a compreensão da evolução da criminalidade organizada. A rapidez e a possibilidade de transporte internacional, conjuntamente com os compromissos da liberdade comercial em todo o globo, provocaram o aumento dos fluxos de bens lícitos, mas também ilícitos. Por sua

vez, a abertura das fronteiras estimulou o crescimento dos mercados criminosos internacionais, tornando-os incontroláveis, (Santos Cabral, 2007).

Consequentemente poder-se-á dizer que o mundo passou a funcionar em rede, expandindo cada vez mais informação automatizada em tempo real. Como refere Costa (2005),

“se todo o comportamento, quer individual, quer coletivo, está inexoravelmente determinado pelo fenómeno da globalização, então, os comportamentos criminais, também eles não podem deixar de ser determinados por essa mesma realidade”, (cit in Costa, 2005: 18).

Paralelamente à sua frutífera utilidade em prol da sociedade, as novas tecnologias afiguram-se como um instrumento-chave para a realização e potencialização das atividades desenvolvidas pelos grupos ligados ao crime organizado. Facilitando a capacidade comunicacional, evita a acumulação de suportes físicos relativos à atividade criminosa, possibilitando assim, a eliminação de meios de prova importantes para os órgãos policiais (Santos Cabral, 2007). Ora, se o objetivo primordial destas redes é a obtenção e a geração de lucro, facilmente percebemos que o desenvolvimento exponencial das telecomunicações e da informática veio criar uma rede de fluxo internacional de capitais.

A rede criminosa (*networking*) surgiu como um aspeto fundamental intimamente associado com a dimensão internacional de atividades criminosas. A título de exemplo, o contato frequente e de cooperação entre os recrutadores e os traficantes baseados nos países de origem e de destino, são fundamentais para a expansão do tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual. Normalmente, esses contatos ajudam a negociar constantemente a demanda e oferta, resultando na troca contínua de vítimas de prostituição. A circulação constante de vítimas entre jurisdições torna mais difícil identificar as atividades de tráfico e complica ainda mais o trabalho das autoridades policiais. O trabalho em rede ou a conectividade, traduz-se num método altamente eficaz, que permite aos grupos criminosos ficar a montante das autoridades. Mais de 40% dos grupos criminosos organizados possuem um tipo de comunicação *online* na sua estrutura, o que sugere que estão a ficar cada vez mais ligados em rede e em comportamento nas suas organizações do que antigamente, tornando-os mais homogêneos. Fator este determinante para a formulação de estratégias, respostas e políticas de combate ao crime, (SOCTA, 2013).

O controlo dos poderes económico, político e social, aliado aos lucros avultados e imediatos gerados pelo crime organizado, potenciam o desenvolvimento e expansão das redes criminosas organizadas. Ao maniatarem a produção industrial e não industrial, concede-lhes um maior lucro económico-financeiro lícito e ilícito, sendo este último camuflado e introduzido legalmente no mesmo setor. De acordo com Valente (2009), este poder gera por si só o controlo do sistema judiciário, que ao conceder às redes criminosas o sentimento de impunidade, aliado aos enormes lucros que obtêm, potencia a proliferação do crime organizado (Valente, 2009: 160).

Neste sentido e de acordo com Dick Hobbs (1988), o crime organizado é visto como uma escolha racional de quem quer ganhar dinheiro fácil. Parafraseando o autor:

“...only suckers work, and that in our society, is at liberty to take suckers and seek easy money...” (cit in Maguire et. al., 1997: 824/825).

De acordo com o relatório da Europol de 2013, denominado *Serious and Organised Crime Threat Assessment* (SOCTA), existem cerca de 3600 grupos criminosos organizados ativos em pleno território da União Europeia. As hierarquias são flexíveis, verificando-se uma tendência para a cooperação ou incorporação de membros de diversas nacionalidades. Tal fato levou a que os grupos se tornassem cada vez mais heterogêneos, deixando de ser categorizados exclusivamente pela nacionalidade ou etnia (SOCTA, 2013).

No entanto, Dick Hobbs (1993) diz-nos que esta última característica tem sido tradicionalmente considerada como fundamental para o entendimento de uma rede criminosa organizada (in Maguire et. al. 1997: 824). Salienta que, a afinidade linguística, étnica e os laços históricos, continuam a ser fundamentais para a construção de relações de confiança e muitas vezes determinam a composição dos núcleos, que controlam as redes criminosas cada vez mais diversificadas. Em consonância com o que defende Hobbs (1993), a etnicidade pode e deve ser uma variável a ter em conta, única e exclusivamente se puder ser conjugada com outras variáveis pertinentes para o entendimento de uma dada rede criminosa (*idem*: 828).

A globalização, como supra referido, assume um papel basilar na criminalidade, não havendo nenhuma área criminal ou grupos criminosos isolados deste processo evolutivo. E é devido à globalização dos mercados que Hobbs considera que o crime

organizado funciona como uma empresa, onde os negócios criminais são planeados, os contatos são feitos, alguns crimes são perpetrados, os frutos destes são recolhidos e onde as metodologias para a integração de criminosos na sociedade são levadas a cabo (*Ibidem*).

Desenvolveu-se uma correlação entre o narcotráfico, branqueamento de capitais e tráfico humano, onde os milhões apurados com estes crimes podem ser movimentados à velocidade de uma tecla, sendo aqui que o crime organizado, com a ajuda da tecnologia de ponta, se camufla no seio da sociedade. E, não obstante algumas melhorias, os serviços de segurança ainda não estão preparados para combater este flagelo. Prova irrefutável deste fato são os países da antiga União Soviética, que “controlam quase 90% dos estados com o crime organizado” (*cit in* Alves, 2010:103).

5. Dificuldades da Investigação

De acordo com Carmina Germano, analista da Europol, as dificuldades na investigação das redes criminosas organizadas deparam-se, essencialmente, com o seu elevado grau de sofisticação, gerado através de grandes lucros (Germano, 2012⁹). O tráfico de drogas surge como sendo a principal fonte de lucro das redes mafiosas. Porém, como temos vindo a constatar ao longo deste trabalho, o repertório criminal destas redes é vasto, arrecadando milhões provindos de um manancial de crimes, nomeadamente: furto e revenda de automóveis, tráfico de armas, o escuro negócio da segurança privada, branqueamento de capitais, contrabando, falsificação de cartões de crédito, proxenetismo, pornografia, entre outros (Cusson, 2006). A ameaça e o homicídio fazem imperar a lei do silêncio, suportada pela colossal capacidade de corrupção (advinda dos referidos lucros), dissuadindo delatores e dificultando a investigação.

A existência de “zonas cinzentas” como refere Raufer (1993), é outra das grandes contrariedades à investigação, devido à incapacidade dos Estados para impor a sua lei nos respetivos territórios. Segundo o autor, em países como Birmânia, Tailândia,

⁹ Preleção da Analista da Europol Carmina Germano, no 1º Congresso Português de Criminologia - O Saber Criminológico: da Noção à Intervenção que se realizou nos dias 18 e 19 de Outubro de 2012 no auditório do Centro Social e Cultural do Olival.

Afeganistão, Paquistão, Bolívia, Colômbia e na Sicília ou na Córsega, as máfias desenvolveram-se precisamente devido ao fato da população estar arredada da polícia e da justiça (Cusson, 2006: 228).

No que concerne ao tráfico de seres humanos, as dificuldades na investigação prendem-se essencialmente, por na maioria dos casos as vítimas terem como destino a servidão doméstica, para fins de exploração laboral; e também, devido à transnacionalidade do fenómeno, pois implica o conhecimento das rotas de caminho e destino das vítimas. Aquando do transporte, recorre-se a carrinhas, túneis e barcos mantendo a invisualidade desta problemática (Palos, 2012¹⁰).

Todavia, não obstante o elevado grau de sofisticação destas redes criminosas, a capacidade de corrupção traduz-se como primordial para a manutenção e expansão da criminalidade organizada (Maguire et. al., 1997). Daí, Landesco (1968) dizer-nos que o crime organizado é um fenómeno que espelha a sociedade que o legitima, estando, em determinados casos, o topo da hierarquia das redes representado pelo próprio estado (*idem*: 824). Rawlinson (1996) dá-nos como exemplo o caso da Rússia, no qual fez um modelo quadripartido explicativo da relação/simbiose entre o estado e as redes de crime organizado. No primeiro paradigma, quando o governo é estável, o crime organizado opera no âmbito externo ao da legitimidade do sistema. No entanto, quando este enfraquece (2º paradigma), vê-se forçado a negociar com o crime organizado a fim de obter de uma forma ilegal, aquilo que não conseguem obter de forma legítima. No terceiro o crime organizado começa a penetrar nas estruturas legais da sociedade. Por fim, no quarto e último paradigma, as redes de crime organizado já estão de tal forma imbricadas no seio da comunidade, que passaram a ser detentoras do poder, prescindindo da negociação dos termos com o sistema, reformulando, com o “pseudo” sistema dominante (Hobbs *in* Maguire 1997: 829). De acordo com o autor, são os próprios estados os responsáveis pela infiltração do crime organizado nas suas estruturas legítimas, tornando-se este fenómeno um problema da cultura e não da polícia.

Na mesma linha de pensamento, Manuel Valente (2008) diz-nos que o crime organizado apenas subsiste se o crime de massa estiver bem enraizado e bem

¹⁰ Preleção do Diretor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, o Dr. Manuel Jarmela Palos, no 1º Congresso Português de Criminologia - O Saber Criminológico: da Noção à Intervenção que se realizou nos dias 18 e 19 de Outubro de 2012 no auditório do Centro Social e Cultural do Olival.

embrenhado na sociedade. Segundo o autor, a prevenção criminal deve obedecer aos “*primados da ultima et extrema ratio do direito e ao primado da centralização da decisão no eco nevrálgico: o Homem*” (cit in Valente, 2008: 6).

A realidade mostra-nos que a criminalidade organizada é um fenómeno imune à cultura, ao modelo político e jurídico, ao nível social, económico e até à geografia. Na qual é visado o poder económico e político, sendo este último predominantemente utilizado como instrumento em detrimento da pretensão (Anes, 2010: 213).

6. Métodos de combate

A criminalidade mais preocupante, nomeadamente o terrorismo e a criminalidade organizada, marcam uma etapa quanto a duas questões fulcrais: o tipo de ameaças e as contramedidas de combate a essas mesmas ameaças (Valente, 2009: 26).

Algumas medidas importantes indicam que o desmantelamento das redes organizadas deveria incluir uma abordagem multidisciplinar da lei, no seio de uma parceria privada. Este método de trabalho, já em execução, denomina-se por “*equipas de investigação conjuntas*”, (cit in Nyholm, 2011: 10), sendo compostas não apenas pelos órgãos de polícia criminal, mas também, por juristas e cientistas comportamentais.

Existem também outras medidas e teorias. Nyholm (2011) considera que para colocar em “xeque” a estabilidade de uma organização, é fundamental atacar o líder, assim como a sua contribuição para a organização (*idem*: 50). Um exemplo de estratégia foi a utilizada pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation*), aquando da detenção do Al Capone. Após infrutíferas tentativas de o deterem por crimes mais graves, acusaram-no de crimes menores, afastando-o do negócio e enfraquecendo a sua organização. No entanto, alguns autores são céticos no que concerne a este método, afirmando que o líder poderá continuar a exercer a sua influência dentro da prisão, ou até, ser substituído por outro mais competente para a função. Para além disso, nunca afetaria o “negócio” da organização. Neste sentido, defendem que a estratégia deve focar toda a rede criminosa, não apenas os seus líderes. Todavia, apesar de toda a refutação de que tem sido alvo, esta abordagem tem vindo a ser utilizada por inúmeras agências e

organizações internacionais em todo o mundo para o desmantelamento do crime organizado, (*Ibidem*).

Dada a fenomenologia das redes criminais organizadas, o combate ao seu desmantelamento implica, impreterivelmente, uma cooperação internacional, tornando-se a segurança interna e externa de um dado país um problema e uma preocupação global. Ou seja, no âmbito da segurança nacional, não obstante poderem ser aplicadas medidas de combate específicas em Portugal, tal não permite descurar a colaboração com outros países. José Canotilho (2006) identifica três medidas a ter em conta para uma nova “arquitetura de segurança”, nomeadamente: a legitimação de parcerias de segurança e de cooperação internacional; a criação de uma estratégia coerente para a troca de informações pelos diversos serviços; e por fim, defende também a centralização dos bancos de dados, (*cit in* Valente, 2008: 30).

Não obstante as medidas criadas no combate ao crime organizado, Nyholm, (2011) considera-as insuficientes para que a luta se eleve a patamares de sucesso. De acordo com a autora, deveriam também ser introduzidas mais ações que facilitassem o corte do financiamento do crime organizado, reduzissem as possibilidades de comunicação dentro destes círculos criminosos, assim como dificultassem os seus meios de recrutamento. Todavia, estas apenas têm sido medidas hipotéticas, uma vez que não foram postas em prática (Nyholm, 2011). A autora diz-nos ainda que os métodos adotados devem também ter em conta o ambiente, as circunstâncias, bem como a cultura individual e a psicologia de determinado grupo e do seu líder. Independentemente da tipologia criminal ou organizativa, no âmbito das medidas específicas no desmantelamento das redes criminosas organizadas e na detenção e consequente condenação dos seus membros, a medida de proteção a testemunhas é a que apresenta um efeito mais evidente, gerando consenso entre os autores.

A prevenção assume especial destaque, devendo ser prioritário o combate a montante do problema. A cooperação vertical, horizontal, judiciária e policial, nacional, bilateral, europeia e internacional são os arquétipos que devem orientar a política criminal nacional, europeia e internacional na prevenção da criminalidade, especialmente, do crime organizado (Valente, 2008).

Só pelo conhecimento se pode evitar a criminalidade. Parafraseando Nyholm:

“So it is said that if you know your enemies and know yourself, you can win a hundred battles without a single loss.

If you only know yourself, but not your opponent, you may win or may lose.

If you know neither yourself nor your enemy, you will always endanger yourself.”

(Nyholm, 2011: 7)

6.1. Principais Tratados e Instrumentos

6.1.1. CVUCOT

O combate às principais fontes de rendimento das redes criminosas assume uma elevada relevância, tendo captado o foco da atenção na Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional (CVUCOT), que teve lugar em Março de 2003. Foram celebrados três protocolos fundamentais, sendo estes relativos: ao fabrico e tráfico ilícito de armas de fogo, suas partes, componentes e munições; à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas; e ao tráfico ilícito de emigrantes por via terrestre, marítima e aérea. O objetivo primordial foi o de tipificar e severizar o crime organizado, estabelecendo normas mínimas que têm de ser respeitadas pelos Estados membros, podendo, no entanto,

“...cada estado adotar medidas mais estritas ou mais rigorosas do que as previstas na presente Convenção, a fim de prevenir e combater a criminalidade organizada transnacional,” (cit in art.º 34.º, nº 3, CVUCOT).

Aos Estados foi-lhes imposta a obrigação de tipificar criminalmente certas condutas, apreender os produtos do crime e cooperarem entre eles nos domínios da extradição, auxílio judiciário e investigação conjunta. Para além de algumas medidas de controlo específicas, como a proteção de vítimas ou testemunhas, foram também introduzidas uma panóplia de medidas de carácter preventivo. Dada a indubitável carência financeira dos países em desenvolvimento, os Estados passaram a ter a obrigatoriedade de colmatar as suas debilidades a nível de recursos humanos, técnicos, materiais, financeiros e de logística no que concerne às necessidades inerentes para combater a Criminalidade Organizada (art.º 30º, CVUCOT). Através da implementação de medidas legislativas e administrativas, pretendeu-se também reduzir as

possibilidades dos grupos criminosos organizados prosperarem com negócios lícitos. Tal objetivo implica o reforço da cooperação não apenas entre as autoridades competentes e os magistrados do ministério público, mas conjuntamente com entidades privadas. Sem descurar a possibilidade de privar mediante decisão judicial, o indivíduo que tenha sido acusado pela prática de uma ou mais infrações previstas pela Convenção, do direito de exercer funções de direção de pessoas coletivas (al. d, n.º2, art.º 31º, CVUCOT).

A divulgação e sensibilização para o problema também emergiram como sendo uma medida de relevo no âmbito da prevenção. Neste sentido, foi solicitado aos Estados que recorressem aos órgãos de comunicação social, ou a outros meios adequados, para que informem a comunidade sobre a existência do crime organizado, o que representa e as consequências que acarreta (n.º 5, art.º 31º, CVUCOT).

6.1.2. Tratado de Prüm

No âmbito da cooperação internacional, o tratado de Prüm¹¹ reveste-se da maior importância, traduzindo-se no ponto nevrálgico desta matéria. Celebrado a 27 de Maio de 2005, este acordo visa aprofundar a cooperação policial transfronteiras dos países membros¹², nomeadamente nos domínios da luta contra o terrorismo, criminalidade organizada e imigração ilegal. Especificamente, promove a troca de informações em matérias concernentes aos perfis de ADN, aos dados dactiloscópicos, a outros dados pessoais com aqueles relacionados e aos dados relativos aos registos de matrícula de veículos. Através deste tratado, tornou-se possível a comparação de um determinado perfil de ADN e os perfis existentes nas bases de dados dos Estados membros. Fortaleceu-se o princípio da disponibilidade, que se traduz na obrigatoriedade da cedência da informação entre agentes da autoridade dos países membros.

Relativamente à prevenção de atentados terroristas, o tratado contempla algumas medidas preventivas, como a possibilidade de intervenção de agentes armados a bordo

¹¹ Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=105&sid=109>.

¹² Países membros do Tratado de Prüm: Bélgica, Alemanha, França, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria e Espanha, Áustria, Espanha, Alemanha, Finlândia, Itália, Portugal, Eslovénia, Suécia, Roménia, Bulgária e Grécia. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2004_2009/documents/dt/660/660824/660824pt.pdf.

de aeronaves. Quanto ao tráfico de seres humanos e imigração ilegal, o combate passou pelo destacamento de peritos em documentos falsos e à assistência em matéria de afastamento de nacionais de países terceiros.

Em toda a matéria relativa ao crime organizado, a cooperação prevê a realização de operações conjuntas de agentes ou funcionários da autoridade pública no território de qualquer país membro. Apesar da troca de informações, existem algumas normas relativas à proteção de dados, havendo a obrigatoriedade de estes serem regulados, assim como as finalidades da sua utilização, os aspetos relativos à sua conservação e transmissão, entre outros fatores.

6.1.3. IAFIS

Quanto às medidas utilizadas pelo FBI, o Sistema Integrado Automático de Identificação de Impressões Digitais (IAFIS), revela-se como um instrumento fundamental para a prevenção do crime e detenção de criminosos e terroristas. Este sistema fornece recursos automatizados de busca de impressões digitais, possuindo um armazenamento de imagem que permite a troca eletrônica de impressões digitais (FBI, 2013).

De salientar que, o IAFIS não se restringe apenas às impressões digitais, revestindo-se também de outras valências. Através deste, é possível aceder ao histórico criminal, clínico e pessoal, nomeadamente cicatrizes, tatuagens e características físicas do suspeito, como altura, peso e cor dos olhos e cabelo (FBI, 2013).

O sistema também inclui impressões digitais de civis, principalmente de funcionários ou ex-funcionários do estado americano ou de militares que estão ou já estiveram ao serviço das forças armadas deste país. Trata-se da maior base de dados do mundo, contemplando as impressões digitais e antecedentes criminais de mais de 70 milhões de indivíduos com histórico criminal (70.000 pertencentes a terroristas), juntamente com mais de 34 milhões de registos digitais de civis (FBI, 2013).

6.2. A nível nacional: algumas medidas de prevenção

Para todos os crimes considerados graves e de altíssima especialidade e perigosidade, estão aprovados pela lei instrumentos jurídicos de investigação criminal mais sofisticados para a obtenção da prova, como é o caso de buscas noturnas em domicílios, interseção e gravação de comunicações, agente infiltrado e registo de voz e imagem, sendo este meio mais utilizado para crimes económico-financeiros considerados, inúmeras vezes, típicos da atividade criminosa organizada e do próprio terrorismo (Valente, 2009).

No âmbito da luta contra o tráfico de seres humanos (TSH), um crime pautado pela sua transnacionalidade e perpetrado por redes criminais organizadas, no dia 24 de Setembro de 2012 foi assinado em Lisboa, um protocolo entre a Procuradoria-Geral da República e o Observatório do Tráfico de Seres Humanos, com vista à prevenção e repressão deste tipo de criminalidade. A cooperação a nível de recolha, análise e difusão de informação acerca do crime referido traduz-se como o pilar deste protocolo¹³.

Especificamente, o intercâmbio de informações irá permitir a criação de uma base de dados, com o intuito de se elaborar um perfil sobre o traficante de seres humanos. Para um alargamento do conhecimento de todos os intervenientes neste processo, foram também promovidas ações de formação relativas ao tráfico de seres humanos (Cláusulas 2ª e 3ª).

O sucesso deste protocolo reveste-se da maior importância neste contexto, pois concede aos profissionais que combatem esta problemática um conhecimento mais abrangente não apenas acerca das vítimas, do seu processo de vitimação, da forma como são recrutadas e as rotas que percorrem, mas também, dos traficantes e como operam as suas redes.

Ainda no âmbito da luta contra este tipo de crime, no II Plano Nacional contra o TSH foram estipuladas 45 medidas, assentes essencialmente sob 5 premissas, nomeadamente:

- Conhecer;

¹³ Cláusula 1ª: “O presente Protocolo tem como finalidade estabelecer os princípios gerais de cooperação entre a Procuradoria-Geral da República e o OTSH, no âmbito de uma parceria que visa melhorar a recolha, análise e conhecimento do tráfico de seres humanos e crimes conexos e, desta forma, potenciar a eficácia na prevenção e repressão deste tipo de criminalidade”.

- Sensibilizar e prevenir;
- Educar e formar;
- Proteger e assistir;
- Investigar criminalmente e cooperar.

Dentre as medidas mais importantes destacam-se as seguintes:

“Elaborar campanhas anuais de sensibilização, promover a integração de módulos disciplinares sobre o tráfico de seres humanos nos conteúdos formativos académicos, integrar o tema do tráfico de seres humanos na área de projeto do ensino secundário, promover a formação de magistrados nesta matéria, promover a formação de pessoal de saúde e de forças de segurança que intervenham junto de vítimas de tráfico para fins de exploração sexual ou laboral, promover linhas de financiamento que incentivem projetos na área da proteção e da assistência das vítimas e implementar mecanismos de apoio e consulta jurídica a vítimas de tráfico de seres humanos”, (cit in Diário da República 2010 - N.º 231 - 5372)

Para as forças de segurança (PSP; GNR; SEF e PJ) foi criado um cartão – o “cartão de sinalização” (anexo A) – do tamanho de um cartão de crédito, no qual estão gravados os números de telefone úteis que deverão ser utilizados sempre que se identifique uma vítima de tráfico humano (Diário da República 2010 – N.º 231 - II Plano Nacional contra o TSH).

Não obstante as medidas criadas, Valente (2009) considera que o combate ao crime organizado deveria passar, *prima facie*, pelo controlo e fiscalização policial de atividades lícitas. O autor destaca uma panóplia de áreas que, sendo alvo de investigação, poderiam ser determinantes na diminuição do crime organizado. Nomeadamente,

“Os setores da indústria, imigração, construção civil e imobiliário, banca, exploração de estabelecimentos de restauração e hotelaria, importação e exportação de armas, fármacos, automóveis, bens (de consumo ou materiais), emissão de documentos pessoais (passaporte, carta de condução, cartão de cidadão), desporto, internet, etc.” (Valente, 2009: 161).

7. Enquadramento legal

No âmbito legal, em Portugal não existe o termo específico de “Criminalidade Organizada”. Todavia, indivíduos que pertençam a redes de crime, podem ser punidos

sob a acusação de Associação Criminosa (art.º 299º do Código Penal), Organizações Terroristas (art.º 300º) ou Terrorismo (art.º 301º do C.P.), dependendo dos circunstancialismos das ações dos detidos, assim como do seu consequente entendimento por parte das autoridades jurídicas. Isto porque, tal como indica no disposto 301º/2 dos Códigos Penal e de Processo Penal de 2009:

“Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, atuando concertadamente, visem prejudicar a integridade e a independência nacionais (...), ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral”.

Por sua vez, poderá ser julgado por Associação Criminosa quem:

“Promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou atividade seja dirigida à prática de um ou mais crimes”, podendo ser punido com uma pena de prisão de um a cinco anos, (idem, art.º 299º).

Na verdade, a Criminalidade Organizada é bem mais complexa que a “Associação Criminosa”, onde indivíduos se organizam para cometer este ou aquele delito, como é o caso dos gangues. Uma vez que, contrariamente ao que se pensa, “a maior parte dos delinquentes não faz parte de grupos estruturados”, sendo, estes grupos, “compostos principalmente por jovens adolescentes do sexo masculino a quem se juntam alguns jovens adultos” (cit in Cusson, 2006: 160/161). De acordo com Winfried Hassemer (1995), o fato de existirem grupos bem organizados nas suas atividades criminosas, com elevados índices de profissionalismo decorrentes da prática e consequente especialização, não implica impreterivelmente que estejamos perante o crime organizado. Para o teórico alemão, trata-se sim, da modernização criminal, sendo a sofisticação uma mera característica subjacente e indispensável ao sucesso do delito (Hassemer in Valente, 2009: 125). No seu entendimento, só estaremos perante uma criminalidade organizada quando

“...o braço com o qual pretendemos combater toda e qualquer forma de criminalidade esteja paralisado, ou seja, quando os poderes legislativo, executivo ou judiciário se tornem corruptos ou venais” (ibidem).

Neste sentido, a tipificação de crime organizado englobaria igualmente, não apenas delitos típicos da criminalidade violenta e organizada, mas também, crimes de corrupção ativa ou passiva, implícitos e imprescindíveis para uma verdadeira definição da criminalidade organizada de Hassemer (1995).

O crime de “Associação Criminosa” apresenta motivações diferentes do crime de “Terrorismo”, pois não atua devido a convicções ideológicas. No entanto, nenhuma delas categoriza explicitamente o crime organizado. O problema não está na falta da tipificação específica deste crime, mas sim, como nos diz Manuel Valente, Diretor do Centro de Investigação e professor do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna, *“o problema está má interpretação e, consequentemente, má aplicação do nosso direito”*, (cit in Valente, 2008: 7). Tal fator, leva Valente a concluir que as consequências do crime organizado são resultado da *“inadaptação e inadequação dos instrumentos jurídicos e operativos para fazer face a estruturas criminosas humanas e materiais supranacionais”* (Idem, 159).

8. Predominância Criminal em Portugal

De todas as características subjacentes à criminalidade, talvez a mais importante para a sociedade em geral, seja a violência empregue pelos criminosos na conquista dos seus objetivos. Isso porque, a criminalidade violenta é aquela que mais contribui para o sentimento de insegurança numa sociedade (Reno et al, 1998).

Portugal continua a apresentar a 2.^a menor taxa de criminalidade por 1.000 habitantes, sendo apenas superado pela Grécia (dado ironicamente antagónico à situação económica). Ou seja, no ano de 2009 com a densidade populacional de 10.627.250 foram reportados 416.058 crimes, perfazendo um rácio de 39 crimes por cada 1000 habitantes, enquanto na Grécia o rácio é de 34 crimes para o mesmo número de habitantes (RASI, 2011: 45). Por sua vez, no ano de 2011 foram registados pelos OPC 24.154 crimes violentos e graves, menos 302 que no ano precedente.

Porém, não obstante a taxa criminal portuguesa ser das mais baixas da União Europeia e se ter verificado um decréscimo da criminalidade violenta em 2011, o fato

dos crimes fortemente mediatizados apresentarem contornos mais violentos e graves, desencadeia o agravamento do sentimento de insegurança na comunidade (*idem*, 34).

A tabela que se segue revela os dados estatísticos referentes aos vários tipos de crimes violentos ocorridos em Portugal no ano de 2011.

Criminalidade Violenta e Grave ocorrida em Portugal em 2011

Roubo a outros Edifícios Comerciais	907	Outros Roubos	853
Roubo em Estabelecimento de Ensino	43	Homicídio Voluntário Consumado	117
Roubo em Transportes Públicos	444	Ofensa à Integridade Física	809
Roubo a Transporte de Valores	47	Rapto, Sequestro e Tomada de Reféns	507
Roubo por Esticção	7.918	Violação	374
Roubo na Via Pública (exceto por esticção)	8.396	Pirataria Aérea	9
Roubo a Residência	733	Motim ou Apologia Pública para o Crime	7
Roubo de Viatura	392	Resistência e Coação sobre funcionário	1.744
Roubo a Banco	89	Extorsão	178
Roubo a tesouraria	37	Associações Criminosas	53
Roubo a Farmácias	107	Organizações Terroristas Internacionais	_____
Roubo a Ourivesarias	137	Organizações Terroristas Nacionais	_____
Roubo em Posto Abast. Combustível	250	Total	24.154

Tabela n.º 1 - Criminalidade Violenta em 2011

Fonte: RASI, 2011: 44

Como é possível constatar na tabela, o roubo é o tipo de crime mais frequente, destacando-se o roubo na via pública (exceto por esticção) com 8.396 ocorrências e por esticção com 7.918. Em seguida surge a coação, ofensa à integridade física, rapto, violação, extorsão, associações criminosas, pirataria aérea e apologia pública para o crime. Relativamente às organizações terroristas, não nos é possível saber se se verificou alguma atividade, uma vez que os valores inferiores a três são ocultados respeitando o princípio do segredo estatístico. No entanto, foram registados 53 crimes de associação criminosa em 2011, representando um aumento de 26.2% face ao ano precedente (RASI, 2011).

Os grandes centros continuam a representar a maior taxa percentual em termos criminais. Só em Lisboa, Porto e Setúbal concentraram 74% deste tipo de criminalidade, sendo a capital a mais perigosa com 46% das ocorrências (*idem*).

No que concerne à criminalidade violenta e organizada perpetrada em território português, o RASI de 2011 exalta para a existência de dois grupos distintos que a praticam. Um primeiro, é constituído por portugueses, residentes em bairros sociais dos grandes centros urbanos, essencialmente Porto e Lisboa. O outro é composto por grupos estrangeiros que:

“Reiteradamente praticam uma criminalidade itinerante em Território Nacional, explorando um amplo leque de ilícitos criminais, recorrendo a modus operandi inovadores e conexos com um elevado nível de organização, planeamento, sofisticação e, em alguns casos, inusitada violência” (cit in RASI, 2011: 34).

Para Klein (1971), gangue é um grupo característico de adolescentes e jovens adultos, reconhecidos interna e externamente como gangue, que se dedicam a uma atividade delituosa que suscita a hostilidade da vizinhança e da polícia local. Maurice Cusson (2006) complementa, afirmando que são grupos não estruturados, detentores de uma irrisória capacidade de organização e ação coletiva. Cusson (2006) acrescenta ainda que o gangue não tem uma estrutura bem definida, não possuindo um líder indiscutível, as regras são inexistentes ou pouco respeitadas e os seus membros não partilham os mesmos objetivos, apresentando características de um “quase grupo”.

Ora, se tivermos em conta a definição de gangue avançada por Klein (1971), os ensinamentos de Cusson (2006) e a informação avançada pelo RASI (2011) referente ao primeiro grupo criminoso supra referido, caberia mais a este grupo o rótulo de gangue do que o de grupo criminoso organizado.

Outro fato é a existência de *nichos de mercado*, que se foram desenvolvendo devido à carência económica que se vive atualmente e aos recordes que o ouro tem atingido nos mercados internacionais, desencadeando o interesse por parte dos grupos criminosos, em alvos como estabelecimentos de comércio de ouro e as próprias residências habitacionais (RASI, 2011).

A intempérie económica vivida atualmente também pode favorecer a implementação de redes organizadas em negócios lícitos, na medida em que os agentes

económicos nacionais promovem uma maior abertura do mercado, face a investimentos com origem potencialmente ilícita (*Idem*: 32). Para além do agravamento da situação já por si precária, a incorporação de negócios fraudulentos provenientes dos fundos do crime organizado potencia o desenvolvimento de uma economia paralela, sendo de extrema relevância a deteção e monitorização de ilícitos relacionados com a fraude/evasão fiscal (*Ibidem*).

A evolução informática também desencadeou um novo tipo de crime, o cibercrime, perpetrado por *hackers* que se dedicam, essencialmente, a fraudes através da banca *online*. A capacidade de defesa nacional neste âmbito tem-se revelado ténue, urgindo a necessidade da elaboração de uma estratégia nacional de cibersegurança e de um centro nacional de cibersegurança (*Idem*).

9. Caracterização dos grupos organizados

De acordo com o relatório da Europol de 2013, mais de 70% dos grupos criminosos são compostos por membros de múltiplas nacionalidades e mais de 30% dedicam-se a vários tipos de crime. Em 25% dos casos estes grupos estavam subdivididos em grupos homogêneos com uma nacionalidade dominante. Em 20% tratava-se de grupos de composição mista, com duas nacionalidades principais; e por fim, com 25% surgiram os grupos puramente heterogêneos com mais de duas nacionalidades (SOCTA, 2013).

No que concerne às nacionalidades, os grupos não pertencentes à União Europeia são constituídos por indivíduos da América Latina, países da antiga União Soviética, Afeganistão, Paquistão, países do Leste Asiático e do Magrebe. Relativamente à junção de membros provenientes da União Europeia e de países terceiros, as combinações mais patentes são: oriundos da América Latina e portugueses; letões e russo; e do Magrebe, aliados com portugueses e/ou espanhóis (SOCTA, 2013).

Quanto aos crimes mais perpetrados, só o tráfico de droga (surge destacado) e a fraude são responsáveis por mais de metade de toda a atividade dos grupos criminosos organizados. A cocaína e a canábis são as drogas mais traficadas em termos de volume e

de redes criminosas envolvidas. No que concerne à fraude, a burla nos impostos e no IVA são os tipos mais frequentes. O tráfico de seres humanos, imigração ilegal, tráfico de armas e o contrabando são os restantes crimes a que habitualmente também se dedicam os grupos organizados (*idem*).

A forma de organização de uma rede traduz o seu intento criminal, a sua sofisticação, experiência e competência caminham paralelamente com os desafios e oportunidades providos na sociedade moderna (Cusson, 2006). As redes criminosas são estruturadas por dois modelos distintos. As que possuem uma estrutura vertical são operadas por diferentes níveis de “oficiais”, remontando hierarquias clássicas, daí Dick Hobbs (1998) apelidar as redes criminosas de empresas. As de estrutura horizontal são menos rígidas e não possuem uma hierarquia permanente. Não obstante estes serem os dois modelos mais patentes, existem outras formas de organização, onde os grupos podem adotar características destes dois modelos, não adotar nenhuma, ou regerem-se por outras premissas peculiares, de acordo com os seus desígnios. De denotar que, o conceito de hierarquia criminal é distinto de hierarquia organizacional tradicional, mesmo quando as redes criminosas possuem uma estrita divisão de tarefas e de especialização. Ao evitarem estruturas organizacionais formais e adotando uma organização hierárquica mais flexível, os grupos criminosos reforçam a sua capacidade para ocultar as suas atividades e perseguir os seus objetivos ilícitos. Muitas vezes adotam uma abordagem partilhada de liderança, traduzindo-se numa relevante mudança qualitativa, que enfatiza, entre outros aspetos, o esforço do grupo, a complementaridade de competências e de maior colaboração entre os líderes. A forma mais comum da liderança partilhada prevê dois líderes no comando, havendo porém grupos com equipas de liderança maiores. Curiosamente, as redes criminosas cujo núcleo de liderança é mais amplo apresentam uma relação relativamente mais estável e coesa entre os seus membros que as que possuem uma hierarquia mais estrita, com apenas um líder (SOCTA, 2013).

O número de membros nos grupos criminosos varia mediante a sua estrutura e consoante o tipo e o número de crimes a que se dedicam. Enquanto os grupos mais pequenos tendencialmente se dedicam a crimes económicos, contra a propriedade e à falsificação, os grupos constituídos por um número mais significativo de elementos tendem a estar envolvidos noutra escala de gravidade criminal, nomeadamente através do tráfico de seres humanos, apoio à imigração ilegal e tráfico de drogas (*Idem*).

Não obstante a grande maioria dos grupos criminosos organizados arrecadar avultados lucros com as suas atividades, 13% dos 3600 grupos estudados pela Europol detinham um acesso limitado ou mesmo uma carência de recursos financeiros. Nestes casos, as redes criminosas dependem dos lucros para a sua subsistência e para reinvestirem nas suas atividades delituosas. Os recursos insuficientes também estão ligados ao papel das próprias organizações criminosas - as mais pequenas que dependem de uma rede maior podem não arrecadar ganhos significativos. Em alguns casos, podem até ter que contar com investidores, empréstimos ou subsídios governamentais, como o rendimento social de inserção por exemplo (*Idem*).

No espectro do crime organizado, a junção de esforços não se verifica somente por parte das forças de segurança, mas também, por parte dos criminosos. Revestida por características distintas, a cooperação dos grupos criminosos organizados pode assumir a forma de ação comum ou ser baseada simplesmente numa divisão de funções. Noutras situações pode também haver uma atribuição de tarefas, como é o caso dos grupos mais organizados e dominantes que desenvolvem relações com os grupos subordinados. Tais grupos podem subcontratar e financiar atividades específicas, ou oferecer recursos exclusivos, como o acesso a funcionários corruptos. Uma vez que as ligações são estabelecidas, os grupos dominantes podem controlar ativamente os seus subordinados, estendendo assim a sua influência e estabelecendo-se em diversos mercados criminais (*Idem*).

III.

1. O Crime Organizado na ótica da Comunicação Social

Analisadas algumas notícias de imprensa concernentes ao tema que nos propusemos explorar, denotamos existir uma deturpação da realidade, fruto de um estigma ou de uma ideologia já preconcebida. De acordo com o artigo de Nuno Ropio, jornalista do Jornal de Notícias, “*mais de 72% das vítimas do tráfico de seres humanos são mulheres, que acabam nas malhas da prostituição*”, sendo maioritariamente oriundas do Brasil (Ropio, 2010). Na edição de 17 de Outubro de 2009 do mesmo

jornal, também podemos ler como título de notícia “*jovens sul-americanas são as principais vítimas de tráfico de seres humanos*” (*Ibidem*). Nesta edição é citado Paulo Machado, presidente do Observatório Português contra o Tráfico de Seres Humanos que em declarações à agência Lusa afirmou que mulheres com idade média de 35 anos são as principais vítimas de tráfico para exploração sexual. Afirmou também que as vítimas sinalizadas vêm, essencialmente, da América do Sul e ainda da Ásia, África e Europa de Leste. Em consonância com as notícias supra referidas, no Diário de Notícias (D.N.) de 18 de Outubro de 2009, podemos ler: “*a maioria das vítimas, entre as quais dez por cento são menores, são mulheres forçadas à prostituição*” (*cit in* Lusa, 2009), não obstante no parágrafo seguinte referirem que os homens são forçados a trabalhar em explorações agrícolas.

No entanto, o facto de serem as mulheres as principais vítimas de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual, não implica necessariamente que sejam também as principais vítimas deste tipo de crime, situação que, na verdade, não se verifica. Pois, de acordo com o RASI de 2011, as vítimas confirmadas são essencialmente do sexo masculino (RASI, 2011: 97).

O fato de relacionarem as mulheres brasileiras à prostituição e ao tráfico de seres humanos potencia o desenvolvimento de estereótipos, que se podem traduzir num enorme entrave à investigação deste tipo de crime. Podemos constatar a existência deste estigma, através da leitura de alguns comentários à notícia supra referida, cujo título é “*jovens sul-americanas são as principais vítimas de tráfico de seres humanos*”¹⁴. Como exemplo:

“Agora vem essa cambada de Prostitutas Sul Americanas, engano não. É apanhar os Sacanas q fazem os negócios, PRISÃO, elas EMBARQUE para sempre para o Brasil, estar a pagar com os nossos Impostos essas fulanas? NÃO! As SABIDAS Q VEEM ROUBAR, quando teem o dinheiro do que ganham aqui na Prostituição...”;

“...é natural que algumas venham enganadas, mas a maior parte já sabe para o que vem, e vêm preparadas para todo o terreno...”;

ou ainda: “são prostitutas porque o querem ser! Antes de virem para cá já eram prostitutas!”

Estes comentários aludem à ideia que estas mulheres são prostitutas porque o querem ser, nem considerando a hipótese de vitimação. Neste sentido, podemos depreender que muitas vezes, devido a estes “pré” ou preconceitos determinado

¹⁴ Disponível em http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1393695.

indivíduo nem reporte casos suspeitos às autoridades por os entender como “normais”, consentâneos com a vontade da vítima.

Outro dado a ter em conta é o fato que na realidade, são os homens as principais vítimas do tráfico humano em Portugal, situação que não se verifica à escala global. Segundo o relatório *Global Report on Trafficking in Persons* em 2009, em 79% dos casos registados, as vítimas tinham sido alvo de exploração sexual, sendo apenas 18% por exploração laboral. A nível mundial, são, de fato, as mulheres e crianças as principais vítimas de tráfico humano. Na maior parte das vezes estão conectadas com situações de exclusão social e de discriminação, potenciando uma enorme vulnerabilidade (Diário da República 2010 - N.º 231 -5373).

É um fato que parte dos intervenientes deste tipo de crime são estrangeiros, quer vítimas, quer ofensores. Em declarações à agência Lusa, o Secretário de Estado da Justiça do Governo de José Sócrates, José Magalhães, referiu que as vítimas de tráfico, com idades entre os 14 e os 58 anos provêm de vários países, nomeadamente do Brasil, Moldávia e Roménia. Quanto aos traficantes, têm entre os 20 e os 63 anos e para além das nacionalidades mencionadas, juntam-se os portugueses ao leque dos principais suspeitos no crime de tráfico humano (José Magalhães *in* J.N., 2009).

2. Análise de notícias no jornal Correio da Manhã

De seguida iremos analisar alguns crimes chave, característicos da criminalidade organizada à luz de notícias publicadas no jornal Correio da Manhã. A escolha deste jornal deve-se ao fato de ser o diário que noticia mais crimes e de ser dos mais vendidos a nível nacional, sendo por isso, uma das fontes mais fidedignas para a realização deste trabalho. De salientar que, de acordo com a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação, trata-se do jornal diário não gratuito de maior tiragem entre 2006 e 2008¹⁵.

O objetivo almejado é o de obter informação dos detidos nos diferentes tipos de crime, nomeadamente o género, idade, nacionalidade e concelho do local do crime.

¹⁵ <http://www.apct.pt>

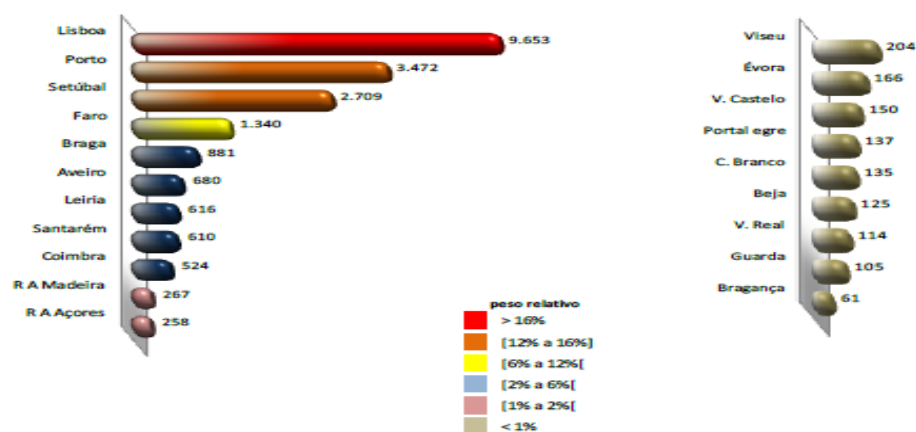
O estudo centrou-se, essencialmente, nos crimes de tráfico de droga, tráfico de seres humanos (T.S.H.), terrorismo, roubo e corrupção. O número de notícias analisadas e a data destas irá depender de crime para crime, uma vez que uns são mais frequentes que outros. No crime de tráfico de seres humanos, por exemplo, pela sua natureza menos frequente, teve de ser analisado um número consideravelmente superior de notícias com

Correio da Manhã	Notícias analisadas	Datas
Corrupção	87	De 01/2007 a 05/2013
Roubo	100	De 01/2013 a 05/2013
Tráfico de Droga	100	De 10/2012 a 05/2013
Tráfico de Seres Humanos	120	De 01/2007 a 05/2013
Terrorismo	500	De 10/2009 a 05/2013

Tabela n.º 1 – Notícias analisadas no jornal Correio da Manhã

o intuito de poder obter mais informações acerca dos ofensores. O mesmo procedimento foi efetuado para o crime de terrorismo, todavia, sem obter os resultados almejados, uma vez mais devido à sua ocorrência pouco comum em território nacional. Por sua vez, os crimes de roubo e tráfico de droga por serem perpetrados diariamente e em maior escala não suscitaram qualquer entrave, tendo até sido possível realizar um número considerável de notícias pertinentes num menor espaço de tempo. Por fim, na escala de notícias alusivas, o crime de corrupção pauta-se como intermédio em analogia aos supra citados, sendo porém, aquele que apresenta uma maior ambiguidade no que concerne às informações dos detidos. Nomeadamente, a idade e o concelho do local do crime, que, na maioria dos casos, devido à sua natureza engloba uma panóplia de distritos. No total, foram estudadas 907 notícias do jornal em questão, desde Janeiro de 2007 a Maio de 2013. Na tabela que se segue, estão discriminados os números das notícias estudadas e aplicadas e o período destas, para cada tipo de crime.

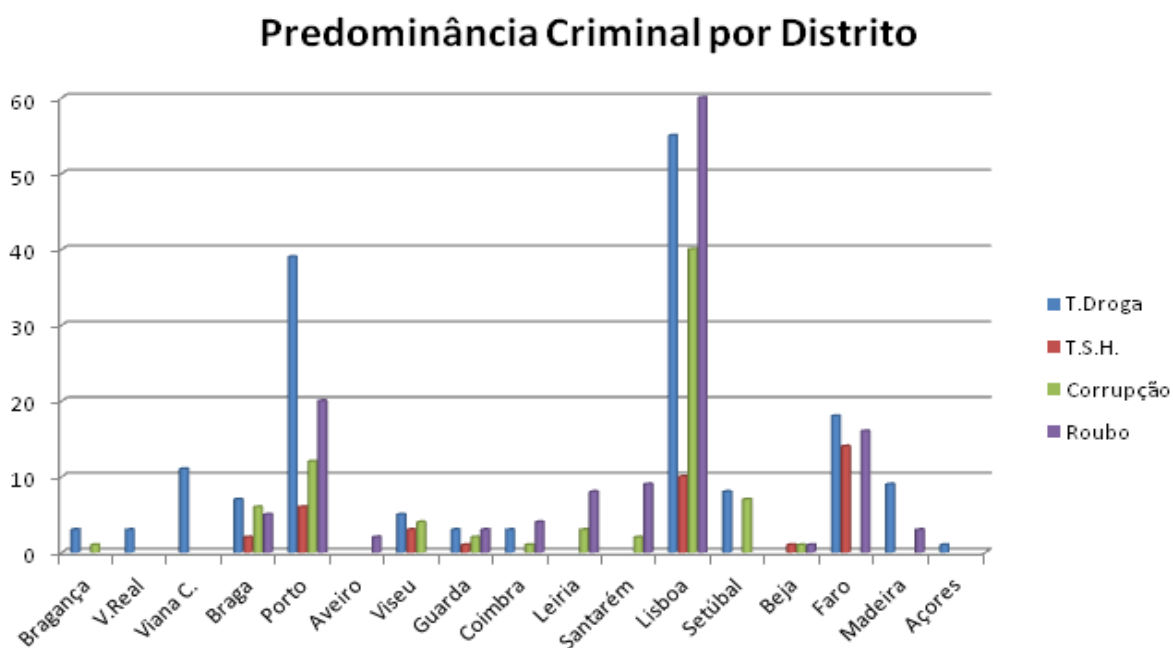
Não obstante o sentimento de insegurança (principalmente nos grandes centros) ser bastante superior à criminalidade efetivamente registada (Agra, 2006), Lisboa e Porto continuam a assumir posições de destaque relativamente à incidência criminal, como podemos constatar no seguinte gráfico, retirado do relatório anual de segurança interna de 2013.



III. Gráfico n.º 1 - Registo por local de participação

Fonte: RASI, 2012: 60.

De seguida, podemos ver a incidência criminal pelos diferentes distritos e regiões autónomas nos crimes a que nos propusemos explorar.



III. Gráfico n.º 2 - Predominância Criminal por Distrito

Em conformidade com o gráfico antes exposto, Lisboa e Porto surgem destacados com o maior número de crimes noticiados, com a exceção do tráfico de seres humanos, onde Faro se distendeu neste tipo de crime. Em Setúbal, por sua vez, já se verifica uma descida acentuada, não apresentando até qualquer referência com os crimes de tráfico de seres humanos e roubo. No entanto, há que ter em conta que a localização geográfica (favorecendo usualmente a proximidade) é um dos requisitos fulcrais na seleção dos conteúdos noticiosos, além da disponibilidade de recursos humanos e técnicos para a captação da informação (McQuail, 2003).

2.1. Corrupção

No crime de corrupção, previsto nos artigos 372º, 373º e 374º do Código Penal (C.P.), foram analisadas 87 notícias, desde Janeiro de 2007 até Maio de 2013, tendo sido possível identificar 79 detidos neste tipo de crime. Na análise deste crime, verificou-se uma acentuada tendência para a discrição da atividade profissional dos detidos como fator identificativo. Como exemplo, podemos ver os seguintes títulos de notícias publicadas: “*Autarca come prova em busca*¹⁶”, “*Inspetores das Finanças e empresário suspeitos de corrupção*¹⁷” ou “*Empresário detido no «Monte Branco*¹⁸””, sendo este o maior processo de evasão fiscal e branqueamento de capitais detetado em Portugal. E tal característica ajusta-se perfeitamente devido à fenomenologia deste tipo de crime, onde o cargo ocupado se revela predominantemente basilar para a sua execução. Podendo, o crime de corrupção, ser o resultado de um aproveitamento ou desvio, para fins individuais, de cargos, recursos, ou procedimentos públicos (Filho, 2002). Daí a analogia ao “crime de colarinho branco”, onde o agente habitualmente é uma pessoa respeitável, com um elevado estatuto social, que perpetua o ato ilícito no exercício de suas funções (Sutherland, 1949). Outro dado a salientar, é o fato da média de idades das notícias analisadas ter sido a mais elevada, sendo de 43 anos para o sexo masculino e de 46 anos para o feminino. Uma vez mais, justificável pela necessidade de solidificação do patamar profissional.

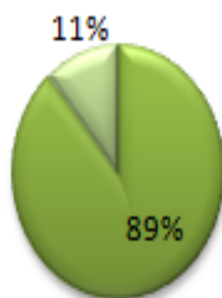
¹⁶ Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/autarca-comes-prova-em-busca>.

¹⁷ Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/inspetores-das-financas-e-empresario-suspeitos-de-corrupcao>.

¹⁸ Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/atualidade/empresario-detido-no-monte-branco>.

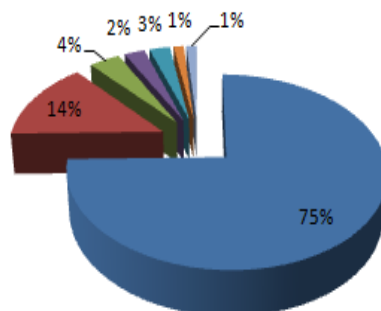
No entanto, há que ter em conta que se trata de um crime “opaco”, na medida em que não há nem um agressor, nem uma vítima direta, onde ambos os envolvidos são culpados (corrupção passiva e ativa), dificultando a investigação e camuflando-se nos meandros das cifras negras (Carvalho, 2006).

■ Homens ■ Mulheres



III. Gráfico n.º 3 - Corrupção e Género

■ Portuguesa ■ Romena ■ Brasileira ■ Chinesa
■ Belga ■ Francesa ■ Italiana

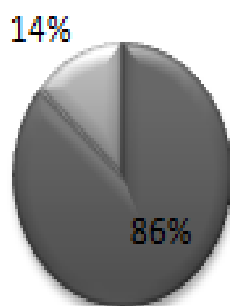


III. Gráfico n.º 4 - Corrupção e Nacionalidade

2.2. Roubo

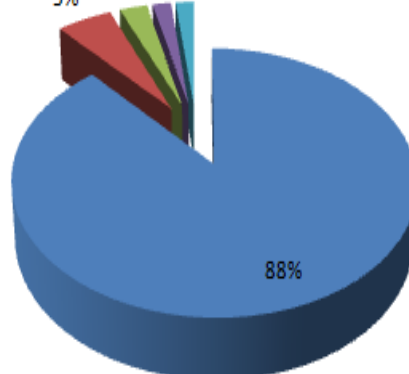
Para o crime de roubo (artigo 210º do C.P.) foram analisadas 100 notícias entre Janeiro e Maio de 2013, revelando ser um crime com elevada incidência. Dentre estas, recolheu-se informação relativa a 131 detidos por este tipo de crime, 113 homens e 18 mulheres. Foi possível verificar que, contrariamente ao crime de corrupção, os detidos por roubo foram aqueles que apresentaram uma média de idades mais baixa, sendo de 29 anos para o sexo masculino e 34 para o feminino.

■ Homens ■ Mulheres



III. Gráfico n.º 5 – Roubo e Género

5% 3% 2% 2%



III. Gráfico n.º 6 – Roubo e Nacionalidade

De salientar que, não obstante a percentagem de criminosos portugueses representar quase a totalidade dos detidos, existe no seio da sociedade, um estigma enraizado que impele ao normal cidadão a atribuição da culpa por crimes violentos e organizados a indivíduos de outras nacionalidades, dando a falsa impressão que tais crimes não são maioritariamente perpetrados por nacionais. Podemos constatar tal fato através de determinados comentários a uma notícia publicada acerca do desenrolar de um roubo, no jornal *Correio da Manhã*, cujo título já potencia tal estereótipo: “*Gangue de Leste aos tiros com PSP*”¹⁹. Apesar de haver quem não mencione o fator nacionalidade na sua opinião, existe uma forte tendência depreciativa no comentário de alguns leitores, que se expressaram a seguinte forma:

“Gangs de Leste...Mas o que é isto? Qualquer dia os de Leste ainda arranjam um Governo Provisório”;

“Simples, essa malta que vem para cá "trabalhar/roubar...”;

“Essa gente nunca devia ter entrado no nosso país”;

“Coitadinhos, se calhar têm q lhes aumentar o subsídio de reinserção social...”;

ou ainda:

“Meu Deus a solução é simples: Ponham esta malta a marchar para onde vieram, isso não dá nada a Portugal, a não ser problemas, rua com eles e já, isso só incomoda”.

De acordo com os dados da Direção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), no segundo trimestre de 2013 encontravam-se nas cadeias portuguesas 13.490 detidos, sendo 12.730 do sexo masculino e 740 do sexo feminino. Quanto à nacionalidade, 81,4% dos reclusos eram de nacionalidade portuguesa, enquanto os restantes eram estrangeiros. Após os cálculos efetuados, a DGSP estima que cada preso tenha um custo diário de 40.10 euros, dando para o número de reclusos referido, um total diário que ascende aos 572.000 euros. No seio da opinião pública, normalmente essas despesas geram um desagrado, que agora aliadas à atual conjuntura económica tende a agravar-se. E exacerba-se ainda mais no que toca às despesas com os estrangeiros, nomeadamente com a sua estada nas cadeias ou até com os rendimentos mínimos de inserção, como é possível ver supra no comentário de um leitor. De certo modo,

¹⁹ Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/gang-de-leste-aos-tiros-a-psp-com-video>.

poderemos compreender o porquê desta visão enviesada, na medida em que em Portugal,

“...recorrentemente se associam em certos media e discursos políticos, comportamentos desviantes e criminais como fenómenos mais frequentes entre ciganos e imigrantes” (cit in Gomes, 2011: 4).

Todavia, há que ter em conta que existem 2.324 portugueses presos no estrangeiro, espalhados por 45 países de todos os continentes. Com o maior número de reclusos portugueses encontra-se a França, com 622, seguindo-se a Inglaterra com 334 e 348 estão espalhados por prisões da América Latina. Infelizmente, o número real de presos portugueses no estrangeiro será superior, uma vez que nestes números apenas estão os reclusos que solicitaram apoio consular à Secretaria de Estado das Comunidades (Fontes, 2010).

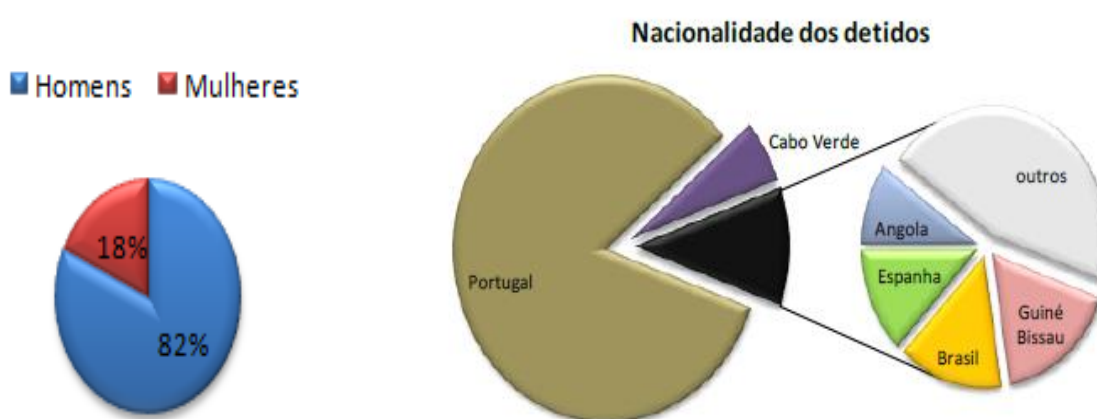
2.3. Tráfico de Droga

À semelhança com o crime de roubo, o tráfico de droga (DL nº 15/93, de 22 de Janeiro, com as sucessivas alterações²⁰), não suscitou quaisquer dificuldades na obtenção de matéria noticiada, dada a elevada frequência destes dois crimes. Para este último foram igualmente analisadas 100 notícias que nos permitiram a obtenção de informação relativa a 164 detidos, 134 do sexo masculino (média 32 anos) e 30 do sexo feminino (36 anos). De salientar que, devido ao desmantelamento de redes que se dedicavam a esta atividade criminal, registou-se um avultado número de detenções simultâneas. Coincidentemente esta tendência também se verificou em França, como nos dizem os estudos de Duprez & Kokoreff (2000) nos seguintes termos:

“Em muitos julgamentos recentes, é a simultaneidade das detenções policiais num sector geográfico que permite apresentar uma trintena de arguidos ao tribunal. Se habitam e/ou comerceiam no mesmo bairro, trata-se de microrredes de algumas pessoas que trabalham cada uma por sua conta. Muitos casos julgados nos [tribunais] são apresentados como «grandes casos» e como o desmantelamento de «grandes redes» quando são simplesmente as operações policiais que as constituem como tais”, (cit in Cunha, 2001: 5).

²⁰ Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/leis-criminais/legislacao-penal-avulsa/consumo-e-trafico-de>.

Ao contrário do que aconteceu nos restantes crimes, as nacionalidades dos estrangeiros detidos por este tipo de crimes não foram mencionadas, apenas sabemos que dos 164 detidos, 13 não eram de nacionalidade portuguesa, aproximadamente 7%. Motivo pelo qual nos recorremos ao RASI de 2013 de modo a que pudéssemos obter uma estimativa mais precisa. De acordo com este relatório, os detidos são maioritariamente originários de Portugal, seguidos por Cabo Verde, Guiné Bissau, Brasil, Espanha e Angola.

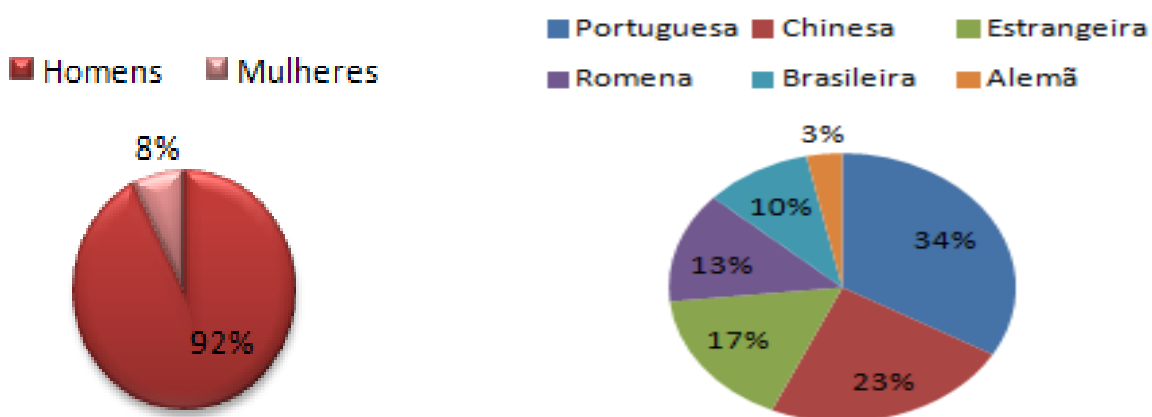


III. Gráfico n.º 7 – T. de Droga e Género

III. Gráfico n.º 8 – T. de Droga e Nacionalidade

2.4. Tráfico de Seres Humanos

No crime de tráfico de seres humanos, contemplado no artigo 160º do C.P., houve a necessidade de prolongar o período de investigação das notícias, para que pudéssemos obter um número significativo de perpetradores deste crime. No total foram estudadas 120 notícias, desde Maio de 2013 a Janeiro de 2007, através das quais foi possível obter uma amostra de 40 ofensores, 37 do sexo masculino e 3 do sexo feminino.



III. Gráfico n.º 9 – T.S.H. e Género

III. Gráfico n.º 10 – T.S.H. e Nacionalidade

Não obstante a panóplia de nacionalidades expostas no quadro acima, de acordo com Joana Wrabetz, diretora do Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), o perfil do traficante de seres humanos é normalmente homem, com média de 30 anos de idade e de nacionalidade portuguesa, operando em parceria com agressores de outras nacionalidades²¹.

No que concerne às vítimas, existe uma forte representação do sexo masculino para fins laborais, sendo, predominantemente de nacionalidade portuguesa. As mulheres, por sua vez, são destinadas à indústria sexual e provêm de outros países, nomeadamente da Roménia, do Brasil e da Nigéria, nesta escala de representação. Tendo por base declarações de Joana Wrabetz, o Correio da Manhã adianta que são maioritariamente solteiras, com a média de idades a rondar os 28 anos, não obstante haver casos de vítimas menores de idade. Quanto aos distritos de referência neste tipo de atividade criminal, Porto, Lisboa e Faro surgem como sendo aqueles em que houve mais casos sinalizados, enquanto Beja e Castelo Branco foram os distritos com mais casos confirmados²².

Relativamente à prostituição, indubitavelmente conectada com o tráfico de seres humanos, em 2011 foram identificadas 176 prostitutas e prostitutos, sendo 100 de nacionalidade portuguesa, 27 brasileira, 15 romena, 31 africana e 3 de outras nacionalidades. Estima-se que em Portugal existam cerca de 28 mil prostitutas, sendo

²¹ [http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugues-culpado-de-seis-casos-de-traffic-de-seres-huma\\$nos](http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugues-culpado-de-seis-casos-de-traffic-de-seres-huma$nos).

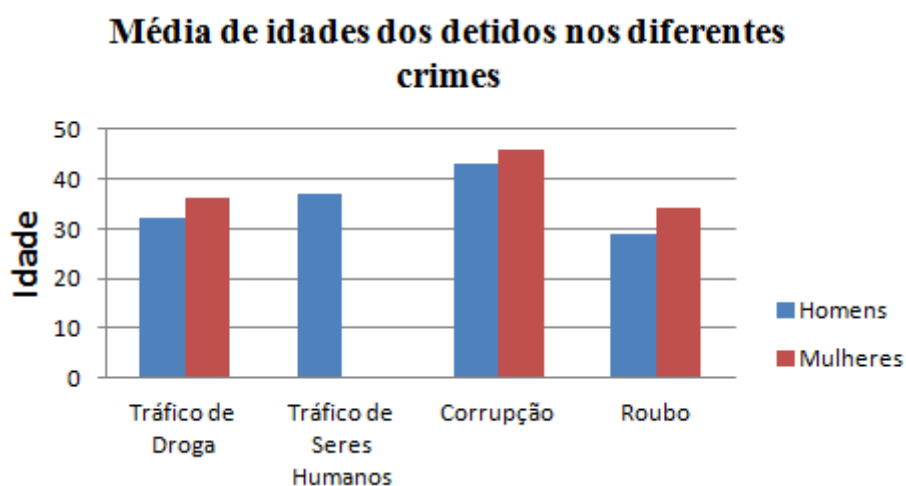
²² Ver: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/traffic-humano-maioria-das-vitimas-sao-homens>.

metade de nacionalidade portuguesa e as outras 14 mil provenientes dos países supra referidos. Com idade inferior a 25 anos, as mulheres de nacionalidade romena são as mais jovens, sendo nas portuguesas que se constata uma maior variação na faixa etária, havendo mulheres com idade superior a 60 anos²³.

2.5. Terrorismo

Por fim, quanto ao crime de terrorismo, previsto no artigo 301º do C.P., apenas foi obtido um número irrisório de detidos. Das 500 notícias analisadas, só duas foram alusivas a detenções, das quais resultaram sete presos, mais precisamente. Dois membros da *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA), três membros do *Irish Republican Army* (IRA), de 49, 53 e 61 anos, e dois portugueses de 39 e 40 anos, que alegadamente mantinham uma parceria com o grupo armado irlandês.

Na procura do entendimento da relação entre a idade e os tipos de crime cometidos, procedemos à elaboração da seguinte tabela:



III. Gráfico n.º 11 – Média de idade dos detidos

Como podemos atestar, a maior parte os detidos tem entre 30 e 40 anos, com exceção do crime de corrupção, onde a média é ligeiramente superior. Quanto ao crime de tráfico de seres humanos, não nos foi possível apurar a média de idades das mulheres detidas por falta dessa informação nas notícias analisadas.

²³ Ver: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/portugal-tem-28-mil-prostitutas>.

Não obstante os resultados apresentados, há que ter em conta que para além da subjetividade das editoras e dos jornalistas, os critérios noticiosos estão sujeitos a diversas influências, nomeadamente de ordem cultural. Fundadas por condicionantes sociais, tais influências iram-se repercutir na matéria noticiada, camuflada por uma perspetiva ideológica já pré-concebida, contagiando as massas (Traquina, 2007 *cit in* Rodrigues, 2009: 3). Além disso, apesar dos jornais se focarem mais no crime violento, tendem a disponibilizar poucos pormenores sobre os casos que noticiam (Machado e Santos, 2010).

Após a análise das notícias, podemos constatar que, predominantemente, os ofensores são do sexo masculino, de nacionalidade portuguesa, com idades compreendidas entre os 20 e os 45 anos. De exaltar, a proeminência de detidos romenos nos crimes de corrupção, roubo e tráfico de seres humanos, tendo neste último crime, também se destacado ofensores de nacionalidade chinesa. Quanto aos indivíduos de leste, constata-se uma antítese nos papéis que representam, ora vítimas, ora ofensores. Isto é, fruto da precariedade vivida na Roménia muitos veem Portugal como a terra das oportunidades e procuram compatriotas para os ajudarem nesta demanda. Porém, inúmeras vezes, estes compatriotas pertencem a

“...grupos organizados que os exploram aquando da sua chegada a Portugal, deixando-os em situações irregulares e explorando-os de forma continuada. Portanto, temos, por um lado, as vítimas da imigração e, por outro, os delinquentes, dentro do mesmo grupo”, (cit in Gomes, 2011: 6).

Relativamente ao crime de T.S.H., numa percentagem não foi possível discriminar a nacionalidade dos agentes (13%), tendo, numa panóplia de notícias, apenas sido mencionado que eram estrangeiros.

Quanto à forma como a informação é noticiada, em nosso entender, não descurando alguns casos isolados, não se verificou uma tendência instigadora à discriminação, quer em género, idade ou nacionalidade.

Quanto à opinião pública o panorama é distinto. De uma perspetiva holística, a prostituição é vista como uma profissão predominantemente exercida de livre e espontânea vontade e por estrangeiras (principalmente brasileiras). Para além dos estigmas que poderão sofrer mulheres de determinadas nacionalidades na procura de um

emprego, acresce ainda o fato de poderem ser negligenciados verdadeiros casos de tráfico humano, por deduzirem que todas as mulheres se prostituem por opção.

Outra situação cuja opinião é comum, prende-se com os emigrantes de leste. Neste caso, a ideologia enraizada é que estes imigrantes apenas estão cá para viver de apoios sociais e/ou roubar, fator que poderá revelar-se num entrave na obtenção de um emprego.

O único tipo de crime que apresenta uma característica peculiar é da corrupção, sendo frequente a discriminação no título da notícia, da profissão dos detidos por este tipo de crime. Quando ao tráfico de droga e ao terrorismo não se verificaram quaisquer particularidades específicas.

IV. A perspetiva da polícia

A fim de podermos complementar este trabalho com a perspetiva de quem lida com o crime diariamente, precedemos à elaboração e consequente aplicação de uma entrevista não estruturada a dois agentes da autoridade: José Ferreira, inspetor da Polícia Judiciária (anexo B); e Jorge Pereira, inspetor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (anexo C). A escolha de profissionais destas entidades deveu-se ao fato de serem os órgãos de polícia criminal, cujo quadro de competências se enquadra no âmbito da investigação do crime organizado.

Essencialmente pretendeu-se saber:

- Definição, caracterização e dimensão do crime organizado em Portugal;
- Como se formam e operam os criminosos organizados;
- Tipos de crimes praticados;
- Idade, nacionalidade e gênero dos seus agentes;
- Medidas acionadas na prevenção e combate neste tipo de crime;
- Medidas que deveriam ser implementadas.

Genericamente verificou-se um consenso nas respostas. Quando à perspetiva que apresentam sobre o crime organizado, sumariamente consideraram ser um fenómeno em

que o crime é perpetrado de forma organizada, sendo caracterizado pela diversidade dos crimes praticados, pela hierarquização de funções e cargos a nível da estrutura interna das organizações e por uma internacionalização em ascensão.

Ponto nevrálgico a abordar foi a dimensão do crime organizado em Portugal. Isto é, se na ótica destes profissionais, realmente nos deparamos com altas redes de crime organizado ou apenas associações criminosas, que fruto da evolução tecnológica e criminal, tornaram-se capazes de prosperarem com atividades opostas à margem da lei. Na ótica destes agentes, felizmente em Portugal, esta não é, ainda, uma situação preocupante a nível de organizações criminosas nacionais. Formam-se pequenos grupos, principalmente no crime violento (roubo e tráfico de estupefacientes), que se organizam de forma muito “espontânea” e que cometem uma série de crimes, onde muitas vezes os operacionais são voláteis (pululam entre dois ou mais grupos) e que terminam logo que sejam alvo de uma ação policial.

“Há inclusivamente notícia que um ou outro “líder” que após ter saído da cadeia constituiu novo grupo, mas já com diferentes elementos. Por isso julgo não se poder falar de criminalidade organizada”, (Inspetor José Ferreira, anexo B).

No entanto, fruto da tal internacionalização, operam já em Portugal diversas organizações criminosas internacionais, que por cá vão estabelecendo bases de ação e ramificando tentáculos pelos corredores do poder. Segundo o Inspetor Jorge Pereira,

“...nas últimas duas décadas assistiu-se a um incremento acentuado do crime organizado e da sua diversificação qualitativa, o que constituiu para a nossa sociedade uma grande mudança. A situação populacional, económica e social de Portugal e a sua transformação em país de acolhimento e de trânsito de pessoas e de fluxos migratórios, fizeram com que se tornasse, ainda que numa fase embrionária, um local por onde passam e se estabelecem grupos organizados que se dedicam à prática dos mais diversos crimes, (anexo C).

Quanto à formação destes grupos criminosos, traduz-se num fruto da proliferação da ilegalidade que esteve presente desde muito cedo e prosperou na vida dos seus membros, já evidenciada na delinquência juvenil. Na maior parte das vezes, são pequenos grupos de indivíduos, provenientes de classes sociais mais desfavorecidas, maioritariamente de bairros sociais, que se conhecem da vivência diária e que se juntam com um objetivo comum: dinheiro sem esforço. Por este motivo, o desemprego

continua a ser uma característica frequente dos indivíduos que pertencem a associações criminosas.

Não obstante grande parte dos grupos agirem de forma impulsiva e sem um elaborado planeamento,

“... já existem redes criminosas que operam com algum “profissionalismo”, estudando os alvos e as rotas de fuga, com casas de recuo e com extremo cuidado para não deixar qualquer tipo de vestígio nos locais de crime”, (Inspetor José Ferreira, anexo B).

Existe uma panóplia de crimes a que se dedicam estas associações, nomeadamente: tráfico de droga e de seres humanos; exploração sexual de crianças e pornografia infantil; tráfico de armas, munições e explosivos; corrupção; fraude; contrafação de moeda; cibercrime; crimes contra o ambiente; auxílio à entrada em Portugal e à permanência de cidadãos estrangeiros em situação ilegal; lenocínio; homicídio voluntário; ofensas corporais graves; tráfico de órgãos humanos; rapto, sequestro e tomada de reféns; roubo organizado ou à mão armada; extorsão e contrafação de produtos. No entanto, o roubo (assaltos a bancos, estações de correios, ATM's, carrinhas de transporte de valores), a coerção, e o tráfico de estupefacientes são os mais frequentes.

Embora haja notícia de cidadãos estrangeiros que se dirigem ao nosso país especificamente para o cometimento deste tipo de crimes, à semelhança do que pudemos verificar através das estatísticas e das notícias analisadas na imprensa, a maioria dos criminosos são portugueses, do sexo masculino e com idade compreendida entre os 16 e os 35 anos (ligeiramente diferente da análise de notícias: entre 20 e 45 anos).

“A percentagem que é de nacionalidade estrangeira, pode encontrar-se em Portugal de forma legal (neste grupo incluem-se os residente legais, os que se encontram dentro do prazo e forma estabelecida legalmente para entrar, transitar e permanecer em território nacional), em fase de legalização (solicitaram à Administração a respetiva legalização documental), ou em situação de permanência irregular em Portugal”, (Inspetor Jorge Pereira, anexo C).

De acordo com inspetores entrevistados, os problemas sociais que afetam toda a sociedade, o cultivo de uma cultura de violência pelos jovens (vídeo jogos, séries televisivas, filmes) e a má aplicação da lei são fatores preponderantes para o recrudescimento do crime organizado.

A existência de molduras penais aparentemente ajustadas, mas que não se fazem cumprir. A sensação de impunidade e o desejo de, numa sociedade altamente consumista, onde existem grandes desigualdades, este tipo de indivíduos procurarem o lucro fácil e o bem-estar imediato. A falta de políticas viáveis de integração e educação e a existência de barreiras visíveis entre o cidadão comum e o delinquente. A ausência de um sistema prisional e de reinserção social que acompanhe o recrudescimento e evolução do crime organizado e dos grupos que se dedicam à prática de crimes graves. Todos estes fatores representam falhas da sociedade, que no entender dos profissionais, dão lugar à proliferação e desenvolvimento do crime.

A intensificação da troca de informações entre as diversas forças e serviços de segurança afigura-se como a medida primordial no combate a esta problemática, seguida de ações de prevenção e fiscalização.

Quanto às medidas que poderiam ser implementadas para que o combate ao crime se eleve a patamares de sucesso, foram avançadas algumas propostas por parte dos agentes entrevistados. A destacar:

- A monitorização deste tipo de criminalidade;
- O incentivo à educação e a existência de condições de igualdade para toda a sociedade;
- A criação de uma verdadeira política de reinserção dos delinquentes;
- Investimento no “Policimento de Proximidade”, (colocando mais polícias fardados nas ruas só a patrulhar);
- A aplicação da lei, como medida efetiva do cumprimento da mesma;
- Agilização das leis, por forma a permitir de imediato aos agentes policiais o acesso a determinadas informações que só são disponibilizadas muito tempo após a prática do crime.

De acordo com o Inspetor Jorge Pereira, no âmbito da desejada troca de informações entre as diversas forças e serviços de segurança,

“...deverão também ser aprofundados estudos que possam vir a constituir base científica para futuras decisões racionais sobre a política criminal, designadamente no tratamento de ocorrências envolvendo estes grupos criminosos e no âmbito da administração e da justiça criminal portuguesa. Os criminólogos e sociólogos têm neste aspeto, um papel preponderante na pesquisa e análise da eventual

projeção dos fenómenos criminógenos e das ocorrências onde intervêm os indivíduos que se dedicam a este tipo de atividades”, (anexo C).

No seu entendimento, o sistema formal de controlo português deverá acompanhar a evolução do crime e as mudanças constantes do criminoso tipo e das suas organizações.

Esta nova forma de interação implicará uma necessidade de abertura e compreensão, aos mais diversos níveis. Introduzirá, por essa mesma razão, novas formas de interação ao nível de confrontação com situações de natureza não criminal, situações ilícitas sujeitas a contraordenação ou multa e, por fim, à prática de ilícitos criminais especialmente, contra as pessoas, a vida em sociedade e o património.

A segurança dos cidadãos é basilar em qualquer estado democrático, sendo muito importante, em termos de política criminal, que as polícias portuguesas e os restantes intervenientes no sistema de controlo formal e informal continuem a desenvolver um trabalho em rede e com uma constante troca de informação.

V. Conclusão

Como fomos constatando ao longo deste trabalho, a criminalidade organizada pauta-se pela sua versatilidade e essencialmente, pela sua transnacionalidade. As redes criminosas passaram a caracterizar-se cada vez mais pela diversidade étnica e por recrutarem membros de diferentes nacionalidades, inúmeras vezes para fins logísticos. Por sua vez, tal diversidade concede às organizações do crime a possibilidade de controlarem melhor as suas operações, reduzindo o risco das mesmas.

A análise da nacionalidade dos detidos e dos países onde os crimes são perpetrados demonstrou que os grupos criminosos estão a tornar-se cada vez mais internacionais. Por exemplo, de acordo com o relatório da Europol de 2013 (SOCTA), a Bélgica e Portugal reportaram grupos criminosos representados por mais de 60 nacionalidades distintas, podendo, as principais atividades estender-se a mais de 35 países. Esta transnacionalidade indica claramente um nível significativo de cooperação criminal internacional, uma extrema mobilidade e capacidade de alcance e infiltração em determinadas sociedades.

Entre as mudanças mais notáveis nos últimos anos tem sido o aumento do uso da internet, dos avanços tecnológicos e o uso do setor económico de uma forma legal. A comunicação em rede não só facilita a comunicação entre os criminosos, como acaba por dificultar a investigação, revelando-se um entrave para a ação policial. Para além disso, como tivemos a oportunidade de constatar, a criminalidade organizada pauta-se pela corrupção, estando muitas vezes escondida e cancerigenamente enraizada nos meandros dos poderes económico e político (Valente, 2009: 5).

A evolução dos grupos do crime organizado resultou em diversas mudanças quer na sua forma de operar, quer na sua própria estrutura. Tais mutações levaram a um aumento da sua mobilidade criminal; a um melhor funcionamento da organização criminosa; à criação de células e operações paralelas em vários Estados-Membros; à concentração em países menos visados e à exploração das diferenças de legislação através das jurisdições nacionais. É certo que os grupos que se dedicam ao crime violento e organizado diferem no nível de conhecimento e competência que são capazes de empregar nas suas atividades criminosas. No entanto, todos visam explorar o máximo de oportunidades para alcançar objetivos comuns para o ganho financeiro

mútuo, sendo necessário para tal, operar além-fronteiras para garantir determinados serviços ou produtos específicos, como é o caso do tráfico de drogas. Ora, tal cooperação que ocorre quer a nível nacional como internacional, acaba por conduzir inevitavelmente a uma maior profissionalização do crime organizado.

Após o estudo bibliográfico sobre o tema em questão e da análise de notícias publicadas na imprensa portuguesa sobre o crime organizado, não se verificou a existência de uma máfia ou de uma grande rede de crime organizado em Portugal. Em território nacional, Lisboa e Porto continuam a representar a maior percentagem de incidência criminal. No que concerne aos infratores, em todos os crimes analisados a predominância recai sobre o sexo masculino e de nacionalidade portuguesa. Não obstante estes dados, nomeadamente o da nacionalidade, o estereótipo desenvolvido pela sociedade e fomentado pela comunicação social impele ao indivíduo comum a atribuição de culpa aos estrangeiros.

Quanto ao resultado das respostas obtidas nas entrevistas aplicadas, verificou-se uma consonância nas duas opiniões recolhidas, que de uma forma geral, também estiveram em conformidade com o restante trabalho elaborado. Nomeadamente quanto à definição de crime organizado, à sua dimensão em Portugal, às características dos indivíduos que a praticam (idade, género, nacionalidade), tipos de crimes praticados e por fim, quanto às medidas de combate a serem desenvolvidas na luta contra o crime organizado. Em ambas as respostas, os agentes referiram a relevância da intensificação na troca de informações entre os agentes de autoridade, a agilização e efetiva aplicação da lei e por fim, a promoção de iguais oportunidades para todos, a promoção de uma sociedade igualitária.

A evolução social veio enfatizar e tornar mais relevante a formação do indivíduo, seja esta de âmbito académico ou profissional. O percurso escolar reveste-se de uma extrema relevância no que concerne à socialização do jovem, uma vez que o poderá conduzir mais facilmente a caminhos normativos ou não, dependendo do seu percurso e das escolhas por ele efetuadas. Por vezes, a etiologia da criminalidade é ignorada e a maior parte dos planos realizados visam a prevenção da reincidência e não a prevenção da criminalidade, sobretudo da delinquência juvenil, através de um estudo metafísico do ser. A ausência de uma orientação parental competente, interessada e interveniente, muitas vezes aliada ao consumo constante de imagens violentas ou de

atividades anti normativas, pode desencadear uma grande predisposição para o cometimento de atividades delituosas. De acordo com Ferreira (1997), a família e a escola estão no centro da problemática em torno da delinquência juvenil. Já Cândido da Agra, Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, diz-nos que: “*viver em sociedade, atualmente, equivale a viver no seio do risco, da incerteza e da angústia*” (cit in Cusson, 2006: 11). Alguns destes jovens delinquentes vivem numa verdadeira sociedade de risco, sendo muitas vezes a família o risco principal. Por isso, ao explicar a anomia e o comportamento desviante, Merton evidenciou a ordem social – não o indivíduo – como motor explicativo (Costa, 2005: 37). Ao ser promovida uma educação para todos, o desfasamento de oportunidades no futuro seria inferior. Vejamos a título de exemplo muitos indivíduos de etnia cigana. É-lhes facultada a educação mas pelo estilo de vida ou por questões culturais esta não é valorizada. Desde crianças o absentismo escolar torna-se algo frequente até que desistem prematuramente, antes de concluírem o ensino obrigatório. Uma vez adultos, não terão as mesmas oportunidades que os restantes, refletindo-se na dificuldade de obtenção de emprego. E este ciclo vicioso repetir-se-á nas seguintes gerações, pois negligenciaram a relevância da formação e a sociedade não tomou medidas. O mesmo acontece com todos os jovens com um prematuro abandono ou mau comportamento escolar. Enfatizar a prevenção a montante, muito antes de surgir o problema e ter de agir de forma remediativa, eis a célula basilar do combate ao crime. Para tal, poderíamos recorrer-nos de uma panóplia de medidas preventivas, nomeadamente as utilizadas em países como a Escócia, Inglaterra ou Finlândia. Nestes estados, o combate ao absentismo, abandono e mau comportamento escolar passa pela responsabilização financeira e/ou penal das famílias (Paulo Guinote, 2007). Urge a necessidade de compreender o jovem delincente, não como um resultado, ou seja, como marginal nato, mas sim como fruto de uma produção social. Como dizia Freud (1926), na Teoria dos Sintomas, em vez de pretendermos curar o doente, atacando apenas a doença, ataquemos, simultaneamente, o que motivou a doença.

Sem descurar a pertinência da prevenção, também é necessário planear a jusante; isto é, o que poderá ser realizado para conter o problema. A alínea e) do ponto três do congresso das Nações Unidas (1986) sobre a prevenção do delito e o tratamento do delincente menciona precisamente a pertinência da redução das oportunidades para cometer atos delinquentes. A profissionalização de todos jovens destaca-se como

fundamental para uma correta integração/reintegração na sociedade e consequente redução das oportunidades para delinquir. Para tal, o governo deve insistir na divulgação e orientação sobre a formação profissional, assim como nas oportunidades de trabalho e as possibilidades de uma profissão. Os meios de comunicação social assumem um papel importante nesta matéria, uma vez que possuem o poder de moldar a mentalidade da comunidade em geral. Caberia a estes, reduzir o nível de violência nos artigos publicados, programas televisivos, filmes ou desenhos animados, dando até, uma visão desfavorável da mesma e fomentando atividades de índole comunitária. Na ótica dos agentes entrevistados, o sentimento de impunidade é também um fator que potencia indubitavelmente a criminalidade. Para o suprimir, para além de uma efetiva aplicação da pena de prisão, deverão agilizar-se as leis por forma a permitir de imediato aos agentes policiais o acesso a determinadas informações, que só são disponibilizadas muito tempo após a prática do crime. Ao serem facultados todos os dados na investigação, a eficácia nas detenções elevar-se-á a patamares de sucesso.

Como temos vindo a constatar, a evolução social também produziu as suas repercussões no âmbito criminal, tornando os grupos mais sofisticados e diversificados criminalmente. Ao evoluírem, evoluem na forma de operar, de comunicar, de se organizar, dificultando a ação policial e consequentemente, a sua detenção.

O crime organizado é uma ameaça à segurança interna de um Estado, devendo ser combatido de forma ativa e constante. O conhecimento do fenómeno em todas as suas vertentes, assim como dos intervenientes e as suas principais características, assume-se como determinante para a criação de estratégias de combate sólidas e eficazes. Como tal, esperamos que o leitor possua agora um conhecimento mais abrangente sobre o fenómeno a que nos propusemos explorar.

Parafraseando Maurice Cusson:

“Só através do conhecimento, se pode evitar a criminalidade”, (cit in Cusson, 2006: 1)

Referências Bibliográficas

- Abreu, M. (2001). *El Tráfico Sexual de Personas*. Valência, Tirant lo Blanch.
- Alves, J. (2010). *Desafios no Século XXI: Terrorismo Islâmico e Crime Organizado*. Tese de Mestrado em relações Internacionais com o Mundo Árabe e Islâmico. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa.
- Anes, J. (2010). *Organizações Criminais: Introdução ao Crime Organizado*. Lisboa, Universidade Lusíada Editora.
- Bean, P. (2008). *Drugs and Crime*. Devon: Willan Publishing.
- Centro das Nações Unidas para a Prevenção Internacional do Crime (2003). *Legislative Guide for the Implementation of the United Nations Convention against Transnational Organized Crime*. Vancouver.
- Códigos Penal e de Processo Penal - 5ª Edição. (2009). Lisboa, Dislivro.
- Costa, J. M. (2005). *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval*. Porto, Porto Editora.
- Cunha, I. (2001). “Do tráfico retalhista em Portugal: as redes da semi-periferia”. Universidade do Minho.
- Cusson, M. (2006). *Criminologia*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- Diário da República, (2010). Presidência do Conselho de Ministros: Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2010. 1.ª série — N.º 231 — 29 de Novembro de 2010.
- Dias A. (2012). *O Branqueamento de capitais em Portugal e respetiva atuação das entidades reguladoras*. Tese de Mestrado em Finanças. Instituto Superior de Economia e Gestão: Universidade Técnica de Lisboa.
- Direção Geral de Administração Interna, DGAI. *Relações Internacionais: Tratado de Prüm*. Acedido a 5 de Junho de 2013. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=105&sid=109>.
- Direção Geral dos Serviços Prisionais. Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/>. Documento consultado em 15 de Junho de 2013.
- Europol, (2013). SOCTA, Public Version. Haia.
- Federal Bureau of Investigation (FBI). Integrated Automated Fingerprint Identification System. Documento consultado em 1 de Agosto de 2013. Disponível em http://www.fbi.gov/about-us/cjis/fingerprints_biometrics/iafis/iafis.
- García, S. (2003). *Inmigración ilegal de tráfico de seres humanos para su explotación laboral o sexual*. Madrid, Colex.

- Germano, C. em preleção no 1º Congresso Português de Criminologia - O Saber Criminológico: da Noção à Intervenção que se realizou nos dias 18 e 19 de Outubro de 2012 no auditório do Centro Social e Cultural do Olival. Disponível em <http://www.justicativ.com/index.php?p=1876>.
- Gomes, S. (2011). Tese de Doutoramento em Criminalidade, Etnicidade e Desigualdades. Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Maguire, M. et al. (1997). *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford, Clarendon Press.
- Newburn, T. (2007). *Criminology*. London, Willan Publishing.
- Nyholm, H. (2011). *Organizational Behaviour Knowledge as a Tool for Fighting Organized Crime*. Finland, National Bureau of Investigation.
- Palos, M. em preleção no 1º Congresso Português de Criminologia - O Saber Criminológico: da Noção à Intervenção que se realizou nos dias 18 e 19 de Outubro de 2012 no auditório do Centro Social e Cultural do Olival. Disponível em <http://www.justicativ.com/index.php?p=1873>.
- Paoli, L. (2004). *Organized Crime in Europe*. Amsterdam, Springer.
- Procuradoria-Geral da República. (2012). Protocolo de Cooperação entre a Procuradoria-Geral da República e o Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Acedido a 9 de Abril de 2013, disponível em http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=2787975&page=-1.
- Reno, J., & Fisher R. C., & Robinson L., & Brennan, N., & Gist, N. (1998). *Addressing Community Gang Problems: A Practical Guide*. Washington, DC: Bureau of Justice Assistance.
- Rodrigues, P. (2009). *Criminalidade na Imprensa, análise do Correio da Manhã, 2000-2007*. Tese de mestrado em Sociologia. ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa.
- Rodrigues, S. (2010). *O Branqueamento de Capitais e a Droga*. Tese de mestrado em Contabilidade. Instituto Politécnico de Lisboa: Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.
- Rodríguez, Z. (2004). *El Inmigrante como Víctima*. Salamanca, Universidade de Salamanca.
- Santos Cabral, José (2007). *Uma Incursão pela Polícia*. Coimbra, Almedina.
- Serviço de Informações de Segurança: Crime Organizado Transnacional. Disponível em <http://www.sis.pt/ccorganizada.html>. Documento consultado em 2 de Junho de 2012.

- Sistema de Segurança Interna: Relatório Anual de Segurança Interna (2011). Lisboa
- Valente, M. (2008). *Criminalidade Organizada e Criminalidade de Massa*. Coimbra, Almedina.

Notícias de Imprensa Consultadas

- Curado, M. (2012). *Gangue de Leste aos tiros à PSP*. Jornal de Notícias. Documento consultado em 2 de Março de 2013. Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/gang-de-leste-aos-tiros-a-psp-com-video>.
- Dâmaso, E. (2013). *Autarca come prova em busca*. Correio da Manhã. Documento consultado em 28 de Agosto de 2013. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/exclusivo-cm/autarca-come-prova-em-busca>.
- Eusébio, J. (2012). *Inspetores das Finanças e empresário suspeitos de corrupção*. Correio da Manhã. Documento consultado em 28 de Agosto de 2013. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/portugal/inspectores-das-financas-e-empresario-suspeitos-de-corrupcao>.
- Fontes, L. (2010). *Há 2324 portugueses presos no estrangeiro*. Diário de Notícias. Documento consultado em 28 de Agosto de 2013. Disponível em: www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1637131.
- Garcia, P. (2013). *Espanha detém 2 suspeitos de pertencer à Al-Qaeda*. La Gazeta. Documento consultado em 24 de Abril de 2013. Disponível em: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2013/04/noticias/mundo/1431999-espanha-detem-2-suspeitos-de-pertencer-a-al-qaeda.html.
- Lusa, (2009). *Tráfico de Seres Humanos na Europa está subestimado*. Diário de Notícias. Documento consultado em 24 de Abril de 2013. Disponível em http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1394414
- Oliveira, J. (2013). *Suspeito de Boston diz que motivação para atentado foram guerras americanas*. Jornal O Público. Documento consultado em 24 de Abril de 2013. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/suspeito-diz-que-motivacao-para-atentado-foram-guerras-americanas-1592272>.

- Neves, C. (2009). “*Crianças romenas para roubar, mulheres nigerianas para sexo*”. Diário de Notícias. Documento Consultado em 24 de Abril de 2013. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/portugal/interior.aspx?content_id=1144105&page=-1.
- Ramos, D. (2012). *Empresário detido no monte branco*. Correio da Manhã. Documento consultado em 28 DE Agosto de 2013. Disponível em <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/nacional/atualidade/empresario-detido-no-monte-branco>.
- Ropio, M (2012). *Jovens sul-americanas são as principais vítimas de tráfico humano*. Jornal de Notícias. Documento consultado em 2 de Março de 2013. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1393695.

ANEXOS

ANEXO A

Cartão de Sinalização

Saiba que...

De acordo com o artigo 160º do Código Penal, o crime de tráfico de pessoas define-se por:

Quem	Através de	Para
Oferecer	Violência	Exploração sexual
Entregar	Rapto	
Aliciar	Ameaça grave	Exploração do trabalho
Aceitar	Ardil ou manobra	
Transportar	fraudulenta	Extração de órgãos
Alojar	Abuso autoridade	
Acolher	Aproveitando-se da incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade	

Compreenda que...

Muitas vezes as vítimas de tráfico são oriundas de países/locais com problemas sociais, económicos, políticos;

Por vezes as vítimas são aliciadas de forma enganosa sobre as condições e o tipo de trabalho que vão realizar;

É recorrente que as vítimas de tráfico sejam controladas por alguém desde o país/local de origem até ao seu destino;

Muitas vítimas acabam por enfrentar no destino más condições de vida e de trabalho;

Mas não se esqueça que...

O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos (violência, rapto, ameaça grave, abuso...).

Como sinalizar uma vítima de tráfico?

Pergunte...

Como teve conhecimento do seu emprego? Como foi a sua viagem? Quem marcou a viagem? Veio só ou com alguém? Quem e como pagou a sua viagem? Tem contrato? Recebe o estipulado? Quantas horas trabalha por dia? O que costuma fazer nos tempos livres? Onde dorme/vive? Com quem? Onde estão os seus documentos?

Observe

Indícios de estar a ser controlada por alguém/ Aparente fuga ao contato/ Sinais de medo, tristeza/ Hematomas ou sinais de agressão física/ Incapacidade ou dificuldade de comunicação em português/ Impossibilidade de acesso aos seus documentos de identificação

O que fazer?

Se suspeitar que poderá estar na presença de uma potencial vítima de tráfico, aconselha-se que:

Assegure o apoio e proteção à vítima de tráfico;

Anote o máximo de dados sobre a vítima, suspeitos e situação;

Assegure a preservação dos meios de prova;

Transmita a informação para o OPC legalmente competente (SEF/PJ), Sem prejuízo da comunicação à autoridade judiciária competente (Ministério Público).

Para apoio à vítima

Centro de Acolhimento e Proteção a vítimas de tráfico (24h)

964 608 288/ cap.apr@gmail.com

Linha Nacional de Emergência Social (24h)

144

SOS Imigrante (2ª a 6ª – 8h30/20h30)

808 257 257 / 218 106 191)

CARTÃO DE SINALIZAÇÃO DE VÍTIMAS DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS

**Atrás de uma narrativa pode
haver outra história**



Ministério da Administração Interna

Ministério da Justiça

Anexo B

**Entrevista aplicada ao Dr. José
Ferreira, Inspetor da Polícia
Judiciária.**



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

Departamento de Sociologia

Com a entrevista que se pretende realizar, deseja-se obter um conhecimento mais amplo concernente a todas as características inerentes à Criminalidade Organizada, nomeadamente a forma de atuação das redes criminosas organizadas e os perfis socioeconómicos, étnicos e de trajetória criminal de autores deste tipo de crime. Resultando, numa componente empírica da tese do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade da Universidade do Minho, intitulada: “Criminalidade Organizada em Portugal: um estudo exploratório”.

Entrevista aplicada ao Dr. José Ferreira, Inspetor da Polícia Judiciária.

Entrevista

1. Recentemente fala-se mais sobre criminalidade organizada. No seu entendimento, como podemos definir Criminalidade Organizada?

Na minha opinião, é um fenómeno criminoso em que o crime é perpetrado de forma organizada e que se manifesta nas sociedades. Este fenómeno caracteriza-se pela diversidade dos crimes praticados, pela hierarquização de funções e cargos a nível da estrutura interna das organizações e por uma cada vez maior internacionalização.

2. Como caracteriza o crime organizado em Portugal? Qual a dimensão deste?

Do conhecimento que tenho a nível profissional, posso afirmar que, felizmente, no nosso país esta não é, ainda, uma situação preocupante a nível de organizações criminosas nacionais. Criam-se pequenos grupos, principalmente no crime violento (roubo e tráfico de estupefaciente), que espontaneamente se organizam para cometerem uma série de crime pertencendo os membros, inúmeras vezes, a diversos grupos criminosos. Por norma, a ação da polícia determina o fim das suas atividades e da parceria criminal. Há inclusivamente notícia que um ou outro “líder” que após ter saído da cadeia constituiu novo grupo, mas já com diferentes elementos. Por isso julgo não se poder falar de criminalidade organizada. No entanto, fruto da tal internacionalização, existem já algumas organizações criminosas internacionais a operar em Portugal, que se vão estabelecendo, criando bases de ação e recrutando membros em diversos setores.

3. Como se formam os grupos criminosos organizados?

Como disse acima, na maior parte das vezes um pequeno grupo de indivíduos, proveniente de classes sociais mais desfavorecidas, muitas vezes de bairros sociais, que se conhece da vivência diária e que se junta com um objetivo comum: dinheiro sem esforço.

3.1. Como operam?

Já existem grupos que operam com algum “profissionalismo”, estudando os alvos e as rotas de fuga, com casas de recuo e com extremo cuidado para não deixar qualquer tipo de vestígio nos locais de crime.

3.2. Que tipos de crimes praticam?

Essencialmente Roubo (assaltos a bancos, estações de correios, ATM's, carrinhas de transporte de valores), Ameaça, Tráfico de estupefacientes.

3.3. Qual a idade, nacionalidade e gênero dos seus agentes?

Maioritariamente do sexo masculino, entre os 20 e os 50 anos, portugueses, embora haja notícia de cidadãos estrangeiros que se dirigem ao nosso país especificamente para o cometimento deste tipo de crimes.

3.4 Há alguma característica que se destaque em todos eles?

Na minha opinião sim, a futilidade que atribuem à propriedade alheia.

4. Quais são os fatores que estão na base do desenvolvimento da Criminalidade Organizada?

Os problemas sociais que afetam toda a sociedade. O cultivo de uma cultura de violência pelos jovens (vídeo jogos, séries televisivas, filmes), tudo gira á volta de uma aparentemente fácil resolução pela violência.

5. Que medidas são acionadas para combater este tipo de criminalidade?

Apenas conheço as que se implementam no plano legislativo, como o alargamento das competências policiais, a criminalização de certos comportamentos, a sua maior penalização, etc.

6. Na sua opinião, que medidas deviam ser acionadas para melhorar este combate?

Devia investir-se mais no chamado “policiamento de proximidade”, colocando mais polícias fardados nas ruas só a patrulhar, pois o efeito dissuasor funcionaria muito melhor. A nível judicial deviam agilizar-se as leis por forma a permitir de imediato aos agentes policiais o acesso a determinadas informações que só são disponibilizadas muito tempo após a prática do crime, o que numa criminalidade deste género é manifestamente insuficiente. Se o criminoso “corre” a 100KM/hora, a polícia, que parte já com significativo atraso, não pode continuar a correr a 10 KM /hora.

Fim. Muito obrigado pela colaboração!

O aluno, Ricardo Vasconcelos,

Anexo C

**Entrevista aplicada ao Dr. Jorge
Pereira, Inspetor do Serviço de
Estrangeiros e Fronteiras.**



Universidade do Minho

Instituto de Ciências Sociais

Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade

Departamento de Sociologia

Com a entrevista que se pretende realizar, deseja-se obter um conhecimento mais amplo concernente a todas as características inerentes à Criminalidade Organizada, nomeadamente a forma de atuação das redes criminosas organizadas e os perfis socioeconómicos, étnicos e de trajetória criminal de autores deste tipo de crime. Resultando numa componente empírica da tese do Mestrado em Crime, Diferença e Desigualdade da Universidade do Minho, intitulada: “Criminalidade Organizada em Portugal: um estudo exploratório”.

Entrevista aplicada ao Dr. Jorge Pereira, inspetor do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Entrevista

1. Recentemente fala-se mais sobre criminalidade organizada. No seu entendimento, como podemos definir Criminalidade Organizada?

A criminalidade organizada tem diversas definições. De todas, a que em minha opinião define esse fenómeno é a que refere o mesmo como uma associação estruturada de duas ou mais pessoas, que se mantém ao longo do tempo e atua de forma concertada, tendo em vista cometer crimes como o tráfico de seres humanos, a exploração sexual de crianças e pornografia infantil, o tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, o tráfico de armas, munições e explosivos, a corrupção, a fraude, o

branqueamento dos produtos do crime, a contrafação de moeda, a criminalidade informática, os crimes contra o ambiente, incluindo o tráfico de espécies animais ameaçadas e de espécies e variedades vegetais ameaçadas, o auxílio à entrada e à permanência irregulares, o homicídio voluntário, ofensas corporais graves, o tráfico de órgãos e tecidos humanos, o rapto, sequestro e tomada de reféns, o roubo organizado ou à mão armada, o tráfico de bens culturais, incluindo antiguidades e obras de arte, a burla, a extorsão de proteção e extorsão e a contrafação e piratagem de produtos.

2. Como caracteriza o crime organizado em Portugal? Qual a dimensão deste?

Em Portugal, nas últimas duas décadas assistiu-se a um incremento acentuado do crime organizado e da sua diversificação qualitativa, o que constituiu para a nossa sociedade uma grande mudança. A situação populacional, económica e social de Portugal e a sua transformação em país de acolhimento e de trânsito de pessoas e de fluxos migratórios, fizeram com que se tornasse, ainda que numa fase embrionária, um local por onde passam e se estabelecem grupos organizados que se dedicam à prática dos mais diversos crimes.

3. Como se formam os grupos criminosos organizados?

Os grupos criminosos organizados podem operar a nível local e a nível internacional, com hierarquias bem delineadas onde cada interveniente tem uma função específica, tendo como objetivo principal a prática dos mais variados e até graves, crimes.

3.1. Como operam?

Fenómenos como os homicídios, o tráfico de droga, a prostituição ou os roubos em domicílios, que parecem ter apenas um âmbito local, aparecem com uma extraordinária frequência a um alcance global, ligados a grupos organizados transnacionais de narcotráfico e a outras redes criminosas.

Alguns delitos poderão estar relacionados com pessoas ou grupos de pessoas que operam circunstancialmente em Portugal, que pouco ou nada têm a ver com a imigração.

3.2. Que tipos de crimes praticam?

Os crimes que praticam são vincadamente de carácter grave, passando pelo tráfico de droga e de seres humanos, pela exploração sexual de crianças e pornografia infantil, o tráfico de armas, munições e explosivos, a corrupção, a fraude, a contrafação de moeda, a criminalidade informática, os crimes contra o ambiente, o auxílio à entrada em Portugal e à permanência de cidadãos estrangeiros em situação ilegal, o lenocínio, o homicídio voluntário, ofensas corporais graves, o tráfico de órgãos humanos, o rapto, sequestro e tomada de reféns, o roubo organizado ou à mão armada, a burla, a extorsão de proteção e extorsão, a escravatura e a contrafação de produtos.

3.3. Qual a idade, nacionalidade e gênero dos seus agentes?

Os indivíduos têm idades compreendidas entre os 16 e os 35 anos e são essencialmente indivíduos do sexo masculino. Existe uma percentagem que é de nacionalidade estrangeira, podendo encontrar-se em Portugal de forma legal (neste grupo incluem-se os residente legais, os que se encontram dentro do prazo e forma estabelecida legalmente para entrar, transitar e permanecer em território nacional), em fase de legalização (solicitaram à Administração a respetiva legalização documental), ou em situação de permanência irregular em Portugal.

3.4. Há alguma característica que se destaque em todos eles?

A situação profissional: o desemprego.

4. Quais são os fatores que estão na base do desenvolvimento da Criminalidade Organizada?

A existência de molduras penais eventualmente ajustadas, mas com decisões judiciais desadequadas. A sensação de impunidade por parte dos infratores que procuram o lucro fácil e o bem-estar imediato. A falta de educação, de medidas de integração e a existência de barreiras visíveis entre o cidadão comum e as pessoas que, numa primeira

fase, praticam comportamentos desviantes e que depois podem vir a enveredar pela criminalidade. A existência de um sistema prisional e de reinserção social que não acompanhou o aumento e desenvolvimento da criminalidade organizada e dos grupos que se dedicam à prática de crimes graves.

5. Que medidas são acionadas para combater este tipo de criminalidade?

São feitas ações de prevenção e fiscalização deste tipo de criminalidade, sendo que a troca de informação entre as diversas forças e serviços de segurança existentes em Portugal deverá ser uma constante, lado a lado com a cooperação internacional, que deverá existir com outros serviços de segurança internacionais.

A prevenção e a monitorização de este tipo de criminalidade para evitar a sua prática. A educação e a existência de condições de igualdade para toda a sociedade. A existência de uma verdadeira política de reinserção dos delinquentes na sociedade. A aplicação da lei, como medida efetiva do cumprimento da mesma.

Dos pontos elencados, é minha opinião, que poucos aspetos estarão a ser tidos em atenção.

6. Na sua opinião, que medidas deviam ser acionadas para melhorar este combate?

No âmbito da desejada troca de informações entre as diversas forças e serviços de segurança, deverão também ser aprofundados estudos que possam vir a constituir base científica para futuras decisões racionais sobre a política criminal, designadamente no tratamento de ocorrências envolvendo estes grupos criminosos e no âmbito da administração e da justiça criminal portuguesa. Os criminólogos têm neste aspeto, um papel preponderante na pesquisa e análise da eventual projeção dos fenómenos criminógenos e das ocorrências onde intervêm os indivíduos que se dedicam a este tipo de atividades.

O sistema formal de controlo português deverá acompanhar a evolução do crime e as mudanças constantes do criminoso tipo e das suas organizações.

Esta nova forma de interação obrigará à necessidade de abertura e compreensão, aos mais diversos níveis. Introduzirá, por essa mesma razão, novas formas de interação ao nível de confrontação com situações de natureza não criminal, situações ilícitas sujeitas

a contraordenação ou multa e, por fim, à prática de ilícitos criminais especialmente, contra as pessoas, a vida em sociedade e o património.

Fim. Muito obrigado pela colaboração!

O aluno, Ricardo Vasconcelos

FIM!